



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

# RELATÓRIO E PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO PREFEITO

**MUNICÍPIO DE IMBUIA  
EXERCÍCIO DE 2020**

**Conselheira Substituta  
Sabrina Nunes Iocken (Relatora)**

**Sonia Endler de Oliveira (Coordenadora do Projeto)**

**Fernanda Luz B. Barreto**

**Henrique Campos Melo**

**Luciane B. S. Machado**

**Rafael Galvão de Souza**

**Betina Machado Ramos**

**Laís Oliveira Afonso**





@PCP 21/00129001 - exercício 2020

Município de Imbuia

Prefeito Amilton Machado (de 09/01/2020 a 31/12/2020)  
e Espólio João Schwmbach (01/01/2017 a 08/01/2020)

**0,713**

IDHM

**6.241**

Habitantes

**26,9%**

aplicados em  
EDUCAÇÃO

**19,5%**

aplicados em  
SAÚDE

**50,1%**

aplicados com  
PESSOAL

**Superávit  
Financeiro**

R\$ 5.115.693,34



## Avaliação integrada de POLÍTICAS PÚBLICAS

Alinhamento dos programas governamentais em 2020 à Agenda 2030

### ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Meta 16.1 - Taxa de Homicídios

16,0 casos por 100 mil habitantes

Taxa de Feminicídios

0,0 mortes por mil nascidos vivos

Meta 16.6 - Ouvidoria Municipal

Possui ouvidoria

Nota do Município no Mapa Brasil

Transparente

10 de 10 pontos

Meta 16.7 - Conselhos Municipais Ativos

Possui os principais conselhos

Meta 16.10 - Nota do Município

Transparência Brasil

10 de 10 pontos

Requisitos mínimos de transparência

Cumpriu os requisitos mínimos de transparência

### ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

Meta 11.3 - Plano Diretor Participativo

Possui plano diretor - pendente de revisão

Existência de Conselho Municipal setorizado

Possui Conselho Municipal do Meio Ambiente

Meta 11.4 - Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Público

Não possui conselho com esta finalidade

### ODS 3 - Saúde e Bem-estar

Meta 3.2 - Taxa de Mortalidade Infantil

13,0 mortes por mil nascidos vivos

Meta 3.4 - Taxa de Mortalidade por Suicídio

64,1 mortes por 100 mil habitantes

Meta 3.5 - Taxa de Mortalidade por abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

0,0 mortes por 100 mil habitantes

Meta 3.6 - Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito

16,0 mortes por 100 mil habitantes

### ODS 4 - Educação de Qualidade

Meta 4.2 - Taxa de Atendimento em Creches

29,81% (crianças de 0 a 3 anos)

Taxa de Atendimento na Pré-escola

100% (crianças de 4 a 5 anos)

### ODS 5 - Igualdade de Gênero

Meta 5.2 - Taxa de Mortalidade por Feminicídio

0 mortes por 100 mil habitantes



### ODS 6 - Água potável e Saneamento

Meta 6.1 - Proporção da população atendida com serviços de água potável

43,12% da população atendida

Meta 6.2 - Percentual da população atendida com esgotamento sanitário

Não possui sistema de rede de esgoto



**MEG-Tr**

Transferências Voluntárias Recebidas (Gestão 2017-2020): R\$ 2.819.345,98

Medidas de adequação ao MEG-Tr: Ainda não iniciado





<b>PROCESSO Nº:</b>	@PCP 21/00129001
<b>UNIDADE GESTORA:</b>	Prefeitura Municipal de Imbuia
<b>RESPONSÁVEL:</b>	Amilton Machado (de 09/01/2020 a 31/12/2020) e Espólio João Schwmbach (01/01/2017 a 08/01/2020)
<b>ASSUNTO:</b>	Prestação de Contas referente ao exercício de 2020
<b>RELATORA:</b>	Sabrina Nunes Iocken
<b>UNIDADE TÉCNICA:</b>	DGO
<b>PROPOSTA DE VOTO:</b>	COE/SNI – 1044/2021

## EMENTA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO MUNICIPAL. PARECER PRÉVIO. APRECIÇÃO DA RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL.

Crítérios para aprovação. Decisão Normativa n. TC-06/2008. Inexistência de restrição classificada como apta a ensejar a rejeição das contas. Parecer Prévio favorável à aprovação das contas.

RESPONSABILIDADE GOVERNAMENTAL:

i) RESPONSABILIDADE POLÍTICO-DEMOCRÁTICA

A obrigatoriedade, nos termos do art. 11, § 1º, IX, da Lei n. 9.504/97, de encaminhamento das propostas defendidas pelo candidato constitui um dos alicerces necessários para o desenvolvimento da democracia. Plano de Governo como instrumento de confiança democrática - ANEXO I. Verificação da adequação do PPA em relação ao Plano de Governo e verificação das ações previstas no PPA.

ii) RESPONSABILIDADE PELA BOA GESTÃO FISCAL

A obrigatoriedade de cumprimento dos limites de gastos constitucionais e legais é pressuposto para o equilíbrio orçamentário e financeiro. Verificado o cumprimento dos limites estabelecidos para aplicação em educação, saúde e gastos com pessoal. Os recursos do Fundeb foram gastos no exercício dentro do limite estabelecido pelos arts. 21 e 22 da Lei n. 11.494/07. O saldo do exercício anterior foi utilizado parcialmente mediante abertura de crédito especial. Recomendação.

iii) RESPONSABILIDADE PELA GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO

Cabível a verificação dos indicadores de resultados das Políticas Públicas. MEG-Tr (Ministério da Economia IN 05/2019) e AGENDA 2030 da ONU: diretrizes finalísticas para a boa governança. Incluída recomendação para aproximar a avaliação das políticas públicas estabelecidas no PPA às metas estabelecidas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao Plano Nacional de Educação e ao Plano Nacional de Saúde.

PRÁTICAS DESTACADAS. REDE INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

Exemplos de políticas públicas executadas no município de Imbuia considerados projetos exitosos não foram encaminhados.



## II RELATÓRIO

Tratam os autos da prestação de contas do Governo Municipal de Imbuia, correspondente ao exercício financeiro de 2020, apresentada pelo Sr. Amilton Machado, Prefeito Municipal, para fins de análise e emissão de Parecer Prévio por este Tribunal de Contas, em razão do disposto no art. 31 e parágrafos da Constituição Federal, no art. 113 da Constituição Estadual e nos arts. 1º, II, e 50 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000.

As contas prestadas pelo Prefeito Municipal consistem no Balanço Geral do Município, no relatório do órgão central do sistema de controle interno e compreendem a Administração Direta e Indireta, bem como as contas do Poder Legislativo local, nos termos do art. 50 da Lei Complementar n. 202/00.

O exame foi realizado pela Diretoria de Contas de Governo (DGO), por meio do Relatório n. 184/2021, assinado pelo Diretor das Contas de Governo Moises Hoegenn, e abrangeu os seguintes aspectos da gestão municipal: i) gestão orçamentária; ii) gestão patrimonial e financeira, incluindo o resultado financeiro por especificação de fontes de recursos; iii) análise do cumprimento de limites relativos à saúde, ao ensino e a gastos com pessoal; iv) conselhos municipais; v) aspectos relacionados à transparência da gestão; vi) políticas públicas; vii) análise do cumprimento do artigo 42 da LRF; e viii) demonstrativo dos recursos utilizados no combate à pandemia da Covid 19 por especificação de fontes de recursos.

Na análise realizada, a Diretoria Técnica apontou as seguintes irregularidades:

### 11.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

11.2.1 Aplicação parcial no valor de R\$ 58.824,52, no primeiro trimestre de 2020, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 78.701,50, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

11.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010. (Capítulo 7)

A Área Técnica também sugeriu que fosse recomendada à Câmara de Vereadores a verificação de acatamento pelo Poder Executivo das observações constantes do relatório de análise das contas de 2020, bem como por:

II – DAR CIÊNCIA ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 11 estabelecida na Portaria nº TC-968/2019 e Resolução Atricon n.º 003/2015, acerca da análise do cumprimento dos



limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

III - SOLICITAR à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara

O Ministério Público de Contas, nos termos do Parecer n. MPC/DRR/1779/2021, elaborado pelo Procurador de Contas Diogo Roberto Ringenberg, manifestou-se pela *aprovação* das contas do Governo Municipal de Imbuia relativas ao exercício de 2020 e pelo que segue:

2) por determinar ao Chefe do Poder Executivo municipal que:

2.1) tome as medidas necessárias para aplicar, além do percentual legalmente previsto (mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB em despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica), o montante que deixou de aplicar no exercício de 2020 por força do disposto no art. 21 da Lei Federal n. 11.494/2007, disto fazendo comprovação à Corte até a próxima prestação de contas anual (item 11.2.1 da conclusão do relatório nº 184/2021);

3) pela determinação à Diretoria de Contas de Governo para que:

3.1) instaure o procedimento adequado à verificação (PROCESSO APARTADO):

3.1.1) das responsabilidades pela omissão quanto à obrigação de utilizar no primeiro trimestre os recursos do FUNDEB que deixaram de ser aplicados no exercício anterior (no máximo 5%) mediante abertura de crédito adicional (artigo 21, § 2º, da Lei nº 11.494/2007) - (item 11.2.1 da conclusão do Relatório nº 184/2021);

3.1.2) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 11.2.2 da conclusão do Relatório nº 184/2021);

3.1.2) não atendimento às disposições constantes no inciso XVIII do Anexo II da Instrução Normativa n. TC 20/2015, considerando o cenário de pandemia de COVID-19, com vistas à evidenciação dos reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para o enfrentamento da crise sanitária;

3.2) acompanhe o cumprimento da Decisão a ser exarada pela Corte e a eventual tipificação de reincidências no exame que processará do exercício seguinte;

3.3) promova o retorno da análise dos aspectos relativos às políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, conforme o disposto no item 11 deste parecer;



4) pela imediata comunicação ao Ministério Público Estadual dos apontamentos a seguir transcritos, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85, nos arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92; no art. 35, I c/c 49, II da LOMAN; no art. 24, § 2º c/c art. 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41:

4.1) da omissão em realizar despesa com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior, descumprindo o disposto no art. 60 do ADCT e no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007, fato que, se confirmado, pode justificar a atuação corretiva ou preventiva do Ministério Público da Comarca, assim como, eventualmente, subsidiar ação civil pública visando impor à Administração local a obrigação de realizar dos gastos que não foram realizados no exercício em exame;

4.2) em razão da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

5) pela recomendação ao Município para que:

5.1) efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os indicadores de saúde e educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais;

5.2) observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa n. TC 20/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19, com vistas à evidencição dos reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para o enfrentamento da crise sanitária;

6) pela comunicação do parecer prévio ao Chefe do Poder Executivo nos termos do propugnado pela Instrução Técnica, estendendo-se o conhecimento da Decisão da Corte ao Poder Legislativo municipal;

7) pela solicitação à Câmara Municipal de Vereadores para que comunique à Corte o resultado do julgamento e ressalvas propugnadas pela Instrução.

### III CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ

O Município de Imbuí foi elevado à categoria de município em 23 de agosto de 1962, por meio da Lei Estadual n. 839/1962, e oficialmente instalado em 10 de setembro do mesmo exercício. A população estimada para 2020 era de 6.241 habitantes.

Quadro 01:



Localizado na região do Alto Vale do Itajaí, Imbuia faz divisa com os municípios de Vidal Ramos, Alfredo Wagner, Ituporanga e Leoberto Leal.

Situa-se a 153 km da capital do estado, Florianópolis.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Imbuia\\_\(Santa\\_Catarina\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Imbuia_(Santa_Catarina))

O Produto Interno Bruto de Imbuia em 2018 foi de R\$ 178.458.861,00, gerando PIB *per capita* à época de R\$ 29.003,55 (considerando a população estimada para 2018, que era de 6.153 habitantes), o que corresponde à 158ª posição entre os municípios catarinenses e à 1.374ª a nível nacional.

A taxa de mortalidade infantil<sup>1</sup> (crianças com **menos de cinco anos** de idade) no município de Imbuia passou de 0,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010, para 13,0 em 2020.

Tabela 01:

Especificação	Quantidade											Total
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Óbitos menores de <b>cinco</b> anos de idade	0	0	1	2	2	0	0	0	2	2	1	10
Nascidos vivos no município	78	72	67	72	75	100	75	81	69	97	77	863
Percentual em relação a mil nascidos vivos	0,0	0,0	14,9	27,8	26,6	0,0	0,0	0,0	29,0	20,6	13,0	11,6

Fonte: Dados da Secretaria de Estado da Saúde de SC, disponíveis em: <http://tabnet.dive.sc.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2021.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)<sup>2</sup>, o município de Imbuia alcançou, em 2020, um índice de 0,528, situando-se abaixo da média dos municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI),

<sup>1</sup> Apesar de a taxa de mortalidade infantil referir-se a crianças menores de 1 ano, neste processo adotou-se como critério a mensuração da mortalidade do número de crianças com idade inferior a 5 anos para ter compatibilidade com os indicadores eleitos pela Agenda 2030.

<sup>2</sup> Apurado pela Rede Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDEMS). Constituída em 2014, a Rede SIDEMS é composta por 47 instituições, entre elas 26 Instituições Governamentais (órgãos dos poderes federal, estadual e municipal); 14 Instituições Não Governamentais (conselhos, entidades setoriais e organizações do terceiro setor); e 7 Instituições de Ensino e Pesquisa.

Tem como Grupo de Governança as seguintes instituições: Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC); Federação do Comércio de bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ministério Público de Santa Catarina (MPSC); e Federação Catarinense de Municípios (FECAM).





que foi de 0,579, e da média estadual, de 0,589. Considerando as dimensões que compõem esse índice, o Município alcançou os seguintes resultados<sup>3</sup>:

Tabela 02:

Sociocultural	Econômica	Ambiental	Político Institucional
0,674	0,489	0,235	0,713
Médio	Baixo	Baixo	Médio

Fonte: <https://indicadores.fecam.org.br/indice/municipal/ano/2020/codMunicipio/113>.

De acordo com o último censo (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Imbuia é 0,713, considerada uma faixa de desenvolvimento humano alto (IDH-M entre 0,700 e 0,799)<sup>4</sup>. O Município está na 1514ª posição entre os municípios brasileiros e na 201ª do ranking estadual. Esse índice considera três dimensões na sua composição de cálculo: i) indicadores da educação (alfabetização e taxa de matrícula); ii) longevidade (expectativa de vida ao nascer); e iii) renda (PIB per capita). O indicador varia de 0 a 1, portanto, quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do município.

Tabela 03:

IDH-M e componentes	Censo 2010
<b>IDH-M Educação</b>	<b>0,602</b>
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	37,60
% de 4 a 5 anos na escola	85,99
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental (Regular Seriado) ou com fundamental completo	96,69
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	64,10
% de 18 a 20 anos com médio completo	47,10
<b>IDH-M Longevidade</b>	<b>0,840</b>
Esperança de vida ao nascer	75,38
<b>IDH-M Renda</b>	<b>0,716</b>
Renda per capita	688,57

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil<sup>5</sup>.

O fator longevidade foi o que mais contribuiu para o alcance do índice pelo Município. A expectativa de vida corresponde ao número médio de anos que a população pode esperar viver, desde que sejam mantidas as condições de vida presentes no momento do nascimento. Segundo o portal Brasil Escola, fatores como educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança no trabalho, índices de violência, ausência ou presença de guerras e de conflitos internos influenciam diretamente na qualidade de vida de um país<sup>6</sup>, na medida em que a expectativa de vida é calculada pelas condições de vida da população. Pode-se dizer assim que o indicador da longevidade traduz as condições

<sup>3</sup> Os resultados apurados são classificados de acordo com as seguintes categorias (Alto – maior ou igual a 0,875; médio Alto - maior ou igual a 0,750 e menor do que 0,875; Médio - maior ou igual a 0,625 e menor do que 0,750; Médio Baixo - maior ou igual a 0,500 e menor do que 0,625; e Baixo – menor que 0,500).

<sup>4</sup> Para a classificação do IDH-M são consideradas as seguintes faixas: IDH-M de 0 até 0,499 (muito baixo); de 0,500 até 0,599 (baixo); de 0,600 até 0,699 (médio); de 0,700 até 0,799 (alto); e de 0,800 até 1,000 (muito alto).

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/421320>. Acesso em: 25. out. 2021.

<sup>6</sup> SILVA, Thamires Olimpia. "O que é expectativa de vida?". *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-expectativa-vida.htm>. Acesso em: 23 jul. 2021





sociais, de saúde e de salubridade sob as quais vive uma população que reside em determinado local (município/estado/país).

De acordo com o censo 2010, a esperança de vida ao nascer no município de Imbuia era de 75,38 anos. Com relação às mortes por faixa etária, tem-se as seguintes informações:

Tabela 04:

Faixas Etárias	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Menores de 10 Anos	0	2	3	2	0	0	0	2	2	1	12
10 a 19 Anos	1	2	1	0	1	1	0	0	0	0	6
20 a 49 Anos	7	2	5	8	6	6	5	3	7	7	56
50 a 64 Anos	9	5	12	8	8	9	11	13	12	13	100
Maiores de 65 Anos	20	23	18	24	30	24	22	23	23	34	241
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>34</b>	<b>39</b>	<b>42</b>	<b>45</b>	<b>40</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>44</b>	<b>55</b>	<b>415</b>

Fonte: Dados da Secretaria de Estado da Saúde de SC, disponíveis em: <http://tabnet.dive.sc.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2021.

As taxas e os índices descritos decorrem das ações voltadas para o planejamento e a gestão dos recursos públicos. São influenciados pelas políticas públicas desenvolvidas no município, segundo as suas competências, com vistas ao cumprimento de metas estabelecidas em planos nas áreas da educação, saúde e saneamento; ou ainda na agenda internacional, como a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A consideração desses resultados na análise da gestão é de grande relevância, bem como a sua utilização para o planejamento futuro do município, propiciando que as políticas públicas a serem estabelecidas sejam baseadas em evidências.

#### IV AVALIAÇÃO SEGUNDO AS DIMENSÕES DO PARECER PRÉVIO

No Parecer Prévio, o Tribunal de Contas verifica se o Balanço Geral do Município representa adequadamente as posições financeira, orçamentária e patrimonial do ente federado no encerramento do exercício, bem como se a gestão dos recursos públicos observou os princípios e as normas constitucionais e legais que regem a administração pública municipal. Nos termos do art. 53 da LC 202/00, o parecer prévio conterá:

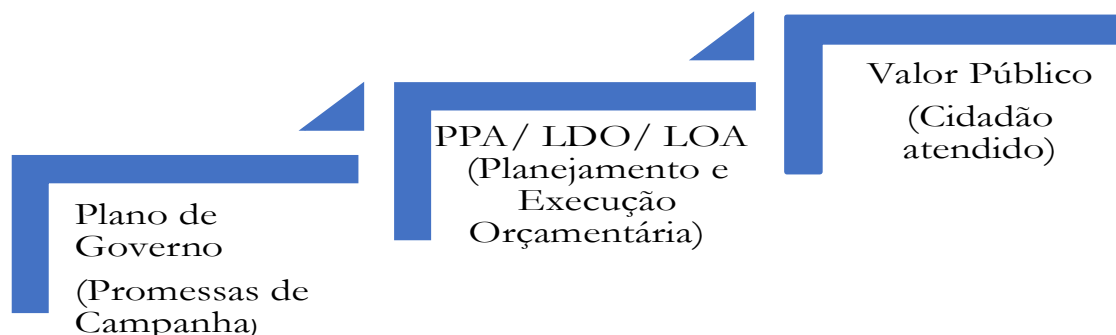
- I — A observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos municipais;
- II — O cumprimento dos programas previstos na Lei Orçamentária anual quanto à legalidade, legitimidade, economicidade e atingimento de metas, assim como a consonância dos mesmos com a Lei do Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e
- III — O reflexo da administração financeira e orçamentária municipal no desenvolvimento econômico e social do Município.

A Decisão Normativa n. TC-06/2008 estabeleceu critérios para a apreciação das contas anuais e sistematizou, em seu art. 9º, as restrições que podem ensejar a emissão de Parecer Prévio com recomendação de rejeição das contas prestadas. Ainda, no intuito de fomentar o aprimoramento da governança e da gestão pública no âmbito da administração pública



municipal, podem ser formuladas recomendações e alertas ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, aos Conselhos Municipais, entre outros atores públicos.

Destaca-se que o controle das contas governamentais se realiza de forma integrada, em três eixos que consideram a responsabilidade político-democrática, como o compromisso político assumido pelo prefeito municipal no Plano de Governo registrado na Justiça Eleitoral; a responsabilidade pela boa gestão fiscal, face a análise do planejamento e da execução orçamentária; e a responsabilidade pelo valor público gerado com os resultados decorrentes das políticas públicas implantadas.



Assim, o controle se volta também para o desempenho da execução das políticas públicas, como premissa de verificação da eficiência na aplicação dos recursos públicos e das possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, em consonância com as diretrizes constantes da Resolução n. 01/2021, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

O objetivo é que o Parecer Prévio não se limite à análise da execução do orçamento e dos resultados alcançados em ações governamentais isoladas, mas sim que seja emitido em razão de uma visão sistêmica. É preciso que a responsabilidade pela geração de valor público seja também devidamente avaliada.

Nesse contexto, para as contas de governo de 2020 serão mantidas como referenciais de análise a expectativa de vida e a taxa de mortalidade infantil, as quais impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), as mortes por causas evitáveis, que servem como medidoras para o desenvolvimento de ações efetivas de serviços de saúde, de assistência social, de infraestrutura, entre outras, voltadas para a prevenção e a garantia de melhores condições de vida, com vistas ao alcance das diretrizes e das metas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 3.

Como inovação para o exercício, a análise traz, ainda, uma aproximação ao Relato Integrado (TCU)<sup>7</sup> e a inserção dos indicadores relacionados ao ODS 6, de forma a dar

<sup>7</sup> Modelo de Relatório utilizado desde 2018 pelo TCU para a apresentação do Relatório de Gestão pelas unidades gestoras. Além de aumentar a transparência da prestação de contas para as partes interessadas, o Relato Integrado tem como objetivo central a criação de valor. Mais informações em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/relato-integrado.htm>. Acesso em: 1 jul. 2021.



visibilidade às metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil (inciso IV, art. 4º-A, introduzido pela Lei n. 14.026/2020).

Esses elementos dão os contornos de uma rede de governança integrada, na qual as políticas públicas são resultado de ações planejadas e coordenadas nos diversos níveis de poder e com a participação da sociedade para dar efetividade aos programas e ações implementadas e garantir a aplicação regular dos recursos públicos. Ao Poder Legislativo, compete, de acordo com a Lei Orgânica do Município e com o Regimento Interno da Câmara (Resolução n. 37/2010), não apenas manifestar-se pela aprovação ou rejeição das contas, mas, sobretudo, adotar as medidas pertinentes às irregularidades reportadas no parecer prévio.

Significa, portanto, que os parlamentares municipais devem utilizar as informações contidas no Parecer Prévio como subsídio para o exercício de suas funções de fiscalizadores da Administração Pública, de elaboradores do orçamento e de formuladores e avaliadores de políticas públicas.

Nesse contexto e no intuito de contribuir com a responsabilidade financeira, a boa governança pública e a efetividade das políticas públicas, o presente Relatório e Proposta de Parecer Prévio que irá subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as contas de governo do município de Imbuia contempla, em síntese, os seguintes itens de análise.

#### **IV.1 RESPONSABILIDADE POLÍTICO-DEMOCRÁTICA**

IV.1.1 Plano de Governo – Plano Plurianual (PPA) – Execução

IV.1.2 Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR)

IV.1.3 Transparência da Gestão Fiscal

IV.1.4 Canais de Participação Social

#### **IV.2 RESPONSABILIDADE PELA BOA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL**

IV.2.1 Resultado Orçamentário

IV.2.2 Resultado Financeiro

IV.2.3 Disponibilidade de Caixa por Fonte de Recursos

IV.2.4 Conformidade Constitucional e Legal

a) Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde – art. 198 da CF/88 c/c o art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT.

b) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Art. 212 da Constituição Federal.

c) FUNDEB - Lei n. 11.494/2007





d) Gastos com Pessoal - art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III, 20, III, “a” e “b”, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF)

IV.2.5 Comportamento da Receita de acordo com a origem

IV.2.6 Alocação de recursos por funções de governo

IV.2.7 Despesas realizadas no combate à Pandemia da Covid-19

IV.2.8 Outros achados constatados pela Diretoria Técnica e/ou pelo Ministério Público de Contas

### **IV.3 RESPONSABILIDADE PELA GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO. AVALIAÇÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

IV.3.1 Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas

IV.3.2 Monitoramento do Plano Nacional de Saúde (PNS)

IV.3.3 Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)

IV.3.4 Saneamento Básico

IV.3.5 Políticas Públicas para a Prevenção de Mortes Evitáveis

IV.3.6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

IV.3.7 Resultados de Gestão: Práticas Destacadas

IV.3.8 Prática de Inovação a partir da Rede de Conhecimento (Lei 14.129/21)

## **V. PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO**

### **IV.1 Responsabilidade Político - Democrática**

#### **IV.1.1 Plano de Governo ➡ Plano Plurianual (PPA) ➡ Execução**

A análise da responsabilidade político-democrática do gestor municipal inicia a partir do acompanhamento da aderência entre o Plano de Governo<sup>8</sup>, apresentado à Justiça Eleitoral no momento do registro da candidatura para concorrer ao cargo de Prefeito Municipal, e o Plano Plurianual (Lei Municipal n. 1.678/2017), aprovado no primeiro ano do mandato como instrumento de planejamento no qual se definem diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para os quatro anos seguintes.

Trata-se do cotejo entre as metas propostas pelo então candidato para o município durante as eleições e os caminhos delineados no Plano Plurianual para alcançá-las, para que se possa verificar de que forma o governo está cumprindo os compromissos assumidos durante o período eleitoral.

<sup>8</sup> Plano de governo. Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tce.jus.br/divulga/#/candidato/2016/2/81450/240000001045>. Acesso em: 25 out. 2021.

Processo: @PCP 21/00129001 - COE/SNI – 1044/2021



A íntegra do **Plano de Governo para a gestão 2017 a 2020** consta no Anexo I da presente Proposta de Parecer Prévio. Destacam-se as metas voltadas para a área da saúde e do saneamento básico, a fim de que o Poder Legislativo possa levar em conta o cumprimento do compromisso assumido nas urnas:

Quadro 02:

### Saúde

- Incentivar e realizar programas de saúde bucal e outros, para crianças e adolescentes nas escolas, fornecendo materiais que objetivam ações preventivas;
- Acompanhar melhor os Programas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica através de ações no saneamento básico e prevenção de doenças infectocontagiosas;
- Promover palestras, cursos e orientações para grupo de gestantes, tabagismos, manuseio de agrotóxico e outras áreas de interesse comum, que objetivam uma melhor qualidade de vida;
- Ativar mais um consultório odontológico, com dois profissionais por período, objetivando dar mais assistência às pessoas mais carentes que necessitam destes serviços;
- Melhorar, cada vez mais, o atendimento aos pacientes, fazer com que seja o mais humanizado possível. Cobrar atenção extremamente dedicada por parte do Secretário de Saúde, dos médicos, dos técnicos e motoristas, ciente de que a pessoa que procura os serviços de saúde é porque está debilitada e um bom atendimento, certamente fará a diferença;
- Valorizar e capacitar os Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos de Enfermagem e outros ligados a área de saúde;
- Manter sempre em estoque os remédios necessários para farmácia básica, ter muita responsabilidade e extremo cuidado para não faltar os remédios de uso contínuo;
- Apoiar para que os exames preventivos e para detectar enfermidade sejam viabilizados com maior rapidez, incentivando para que laboratórios possam se instalar no município;
- Manter o que está bom no setor de saúde e melhorar o que precisa ser melhorado, ouvindo as sugestões e apurando todas as reclamações das pessoas que se sentiram mal atendidas ao utilizar os serviços de saúde, oferecidos pelo município;
- Viabilizar a contratação de fonoaudiólogo, sendo necessária a revisão no quadro de salário, objetivando despertar o interesse de profissional da área; e
- Reformar, renovar, manter e ampliar a frota de veículos da saúde, objetivando segurança e conforto para os que necessitam de transporte, bem como, promover um atendimento móvel nas comunidades do interior.

### Saneamento Básico

- Parcerias com as comunidades para a limpeza de rios localizados no município, para combater o borrachudo, evitar alagamentos e melhorar a qualidade da água;
- Buscar recursos e investir em ações de saneamento rural e urbano.

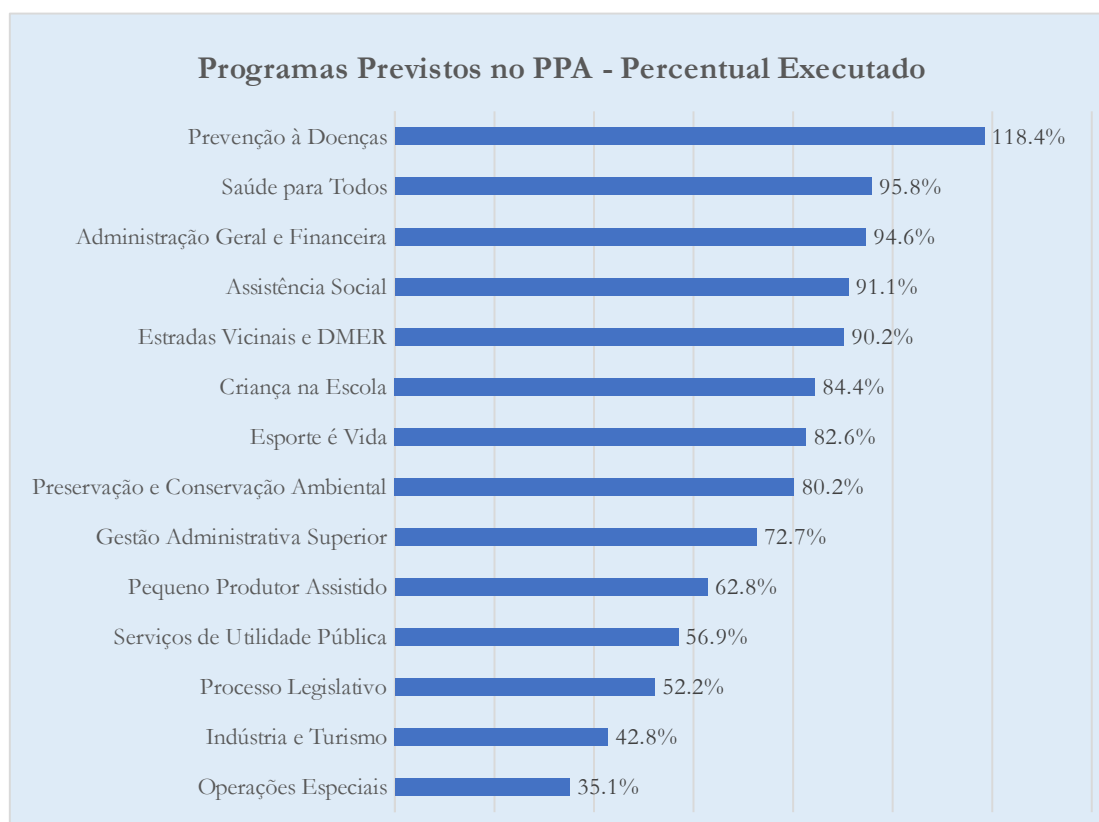
Já o atual **Plano Plurianual (PPA)** do município de Imbuia, com vigência no período de 2018/2021, contém 15 programas e 42 ações, para um volume de recursos de R\$ 81.672.600,00 (já consideradas as atualizações realizadas até o exercício de 2020).



Os compromissos de campanha voltados às áreas da saúde e do saneamento básico não estão contemplados, de forma específica, no referido plano, visto que no PPA foram estabelecidas apenas a manutenção dos respectivos fundos de Saúde e Saneamento sem detalhar quais as ações seriam realizadas.

O acompanhamento da **execução das ações previstas no PPA** demonstra que entre 2018 e 2020 (três primeiros anos de vigência) foram executados 81,33% do montante previsto para o quadriênio. A nível de programas, a execução orçamentária teve o seguinte comportamento:

**Gráfico 01:**



Fonte: Sistema e-Sfinge

Em geral, a execução dos programas é eficiente, superior a 70%, com destaque para os programas “Estradas Vicinais e DMER”, “Assistência Social”, Administração Geral e Financeira” e “Saúde para Todos”, que foram executados mais de 90% do montante previsto para o quadriênio, nos 3 (três) primeiros anos de vigência do Plano Plurianual.

Por outro lado, verifica-se que os recursos necessários para a execução do programa “Prevenção à Doenças” foram subavaliados, uma vez que o valor aplicado foi superior a 100% do montante inicialmente previsto.

Com relação à área da **saúde**, destaca-se que o programa “Saúde para Todos” foi o único aprovado no PPA 2018/2021, com valor inicialmente previsto de R\$ 19.029.000,00 para o atendimento de 3 (três) ações, cuja execução detalha-se a seguir:





Tabela 05: Ações PPA 2018-2021 – Saúde (em valores nominais)

Ações previstas no PPA (2018/2021)	Valores Previstos no PPA (2018/2021) (R\$)	Valores executados em 2018/2020 (R\$)	Percentual executado em 2018/2020 (%)
Reequipamento e Obras do Fundo Municipal de Saúde	92.000,00	718.628,81	781,12
Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	18.929.000,00	17.519.637,21	92,55
Manutenção do Hospital do Município	8.000,00	-	-
<b>Total</b>	<b>19.029.000,00</b>	<b>18.238.266,02</b>	<b>95,84</b>

Fonte: Sistema e-Sfinge TCE/SC

Até o terceiro ano de vigência do PPA a principal ação prevista para a área da saúde foi executada acima de 92%, enquanto a ação referente a manutenção do hospital municipal nem sequer foi iniciada.

Por outro lado, verifica-se que os recursos necessários para a execução da ação para “Reequipamento e Obras do Fundo Municipal de Saúde” foram subavaliados, uma vez que o valor aplicado foi superior a 100% do montante previsto no Plano Plurianual.

Em relação ao **saneamento básico**, o PPA destinou R\$ 320.000,00 para o Programa “Prevenção à Doenças”, para atender 1 (uma) ação, cuja execução nos 3 (três) anos de vigência do PPA detalha-se a seguir:

Tabela 06: Ações PPA 2018-2021 – Saneamento Básico (em valores nominais)

Ações	Valor previsto no PPA (2018/2021) (R\$)	Valor Executado (2018/2020) (R\$)	Percentual executado (2018/2020) (%)
Obras e Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	320.000,00	378.783,06	118,37
<b>Total</b>	<b>320.000,00</b>	<b>378.783,06</b>	<b>118,37</b>

Fonte: Sistema e-Sfinge TCE/SC

A execução total desse programa ultrapassa 100% do valor inicialmente destinado no Plano Plurianual, o que demonstra uma subavaliação do montante necessário para a execução e manutenção dos serviços de Saneamento Básico para todo o quadriênio 2018/2021.

As situações descritas indicam deficiência no planejamento para a elaboração do PPA, com falhas na identificação das reais necessidades do Município em relação aos gastos com saúde e saneamento básico, o que merece a atenção do governo municipal e o acompanhamento deste Tribunal de Contas.

Destaca-se ainda que o PPA 2018-2021 de Imbuia, que definiu valores globais esperados para as despesas com cada programa, não estabeleceu metas anuais. Nas leis orçamentárias anuais, as ações orçamentárias, que representam os bens e serviços ofertados pelo município, vinculam-se aos objetivos do plano plurianual. Ressalta-se, contudo, ser necessário que sejam estabelecidos mecanismos que permitam o gerenciamento do desempenho anual, possibilitando que o Município acompanhe o cumprimento de metas previamente estabelecidas no seu plano de médio prazo.



#### IV.1.2 Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR)

A responsabilidade democrática também se verifica por meio das ações voltadas ao planejamento e à avaliação da gestão. A excelência em gestão de uma entidade, seja pública, seja privada, deve estar pautada no alcance de resultados harmonizados para todas as partes interessadas, criando valor sustentável, de forma proativa e com constância de propósitos. Trata-se do gerenciamento por meio de sistemas, processos e fatos inter-relacionados, que maximizem a contribuição dos colaboradores e promovam novos patamares de conhecimento a partir de melhorias contínuas e inovações.

Com esse propósito foram estabelecidos pelo Governo Federal “modelos de excelência em gestão”, focados em resultados e voltado para o cidadão. Como exemplo, cita-se o Modelo em Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR), do Departamento de Transferências da União, da Secretaria de Gestão do Ministério de Economia

O Modelo MEG-TR, instituído pela Portaria n. 66/2017 e regulamentado pela Instrução Normativa n. 5, de 24 de junho de 2019, estabelece condições para o aprimoramento das práticas e dos processos de transferências voluntárias para assegurar uniformidade e geração de valor público, a partir do melhor aproveitamento de recursos federais descentralizados pela União, devendo ser aplicado por todos os órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo que recebem transferências de recursos da União, por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, de fomento e de colaboração.

O Modelo tem como base sete fundamentos interligados, quais sejam: i) governança; ii) estratégias e planos; iii) sustentabilidade; iv) compromisso com as partes interessadas; v) capital intelectual; vi) orientação por processos; e vii) geração de valor público. Orientados para a adoção de práticas que possibilitem a obtenção de resultados de excelência de desempenho e qualidade em gestão, esses fundamentos constituem um conjunto de valores e princípios que revelam padrões culturais internalizados nas entidades, expressos por meio de seus processos e resultados obtidos.

Por conta da Pandemia da Covid-19, foram estabelecidos novos prazos para os municípios encaminharem o primeiro Relatório de Melhoria da Gestão da aplicação do primeiro ciclo para validação da Coordenação da Rede +Brasil, contendo o Plano de Melhoria da Gestão-PMG e o Nível de Maturidade da Gestão. De acordo com a Instrução Normativa n. 33/2020, os novos prazos fixados consideram a população de cada município, como segue:

Tabela 07:

População	Prazo
Até 15.000 habitantes	30/09/2022
Entre 15.001 e 50.000 habitantes	31/03/2022

Processo: @PCP 21/00129001 - COE/SNI – 1044/2021

16  
4507908



Superior a 50.001 habitantes

30/09/2021

No caso do município de Imbuia, com 6.241 habitantes, o prazo para o envio das primeiras informações do MEG-TR passa a ser 31/09/2022.

De acordo com as informações encaminhadas, o governo municipal de Imbuia ainda não iniciou os procedimentos para implementação do Modelo de Excelência de Gestão.

Destaca-se a importância, para o município de Imbuia, do recebimento dos recursos repassados pelo Governo Federal, a título de Transferências Voluntárias, para a execução de políticas públicas. Durante a gestão 2017/2020 foi recebido o montante de **R\$ 2.819.345,98**, que corresponde a 3,23% da receita do município no período.

Nesse contexto, a proposta neste parecer prévio é alertar o gestor municipal para que estabeleça, no âmbito do seu município, os instrumentos necessários para garantir uma gestão de excelência e de qualidade, voltada para resultados, para a promoção da inclusão social para a maior participação dos cidadãos nos processos decisórios do governo, especialmente na avaliação e no controle das políticas públicas.

#### IV.1.3 Transparência da Gestão Fiscal

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar n. 101/2000, bem como relevante aspecto da responsabilidade político democrática.

Um dos instrumentos mais conhecidos para viabilizar a transparência é o orçamento participativo, definido no art. 48, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a realização de audiências públicas, durante a elaboração e discussão dos instrumentos de planejamento, traduzidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento.

A disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Municípios foi definida como uma das demais formas de se assegurar a transparência em 2009, quando foi editada a Lei Complementar n. 131/2009, que promoveu alterações na redação original da LRF.

Quanto a esse aspecto, os pontos de controle avaliados pela DGO em relação ao portal da transparência do Município indicam que, exceto quanto ao lançamento da receita, foram cumpridas as exigências mínimas contidas na Lei Complementar n. 101/2000, bem como no Decreto Federal n. 7.185/2010<sup>9</sup>, que dispôs sobre o padrão mínimo de

<sup>9</sup> Em 05 de novembro de 2020 foi editado o Decreto n. 10.540/2020, que revogou o Decreto n. 7.185/2010 e estabeleceu novas regras sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. De acordo com art. 18, parágrafo único do novo Decreto, os entes federativos devem estabelecer, no prazo de cento e oitenta dias, contado da data de publicação deste Decreto, plano de ação voltado para a adequação às novas regras que devem ser observadas a partir de 1º de janeiro de 2023.





qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle no âmbito dos entes federativos, a fim de permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

Não obstante a não disponibilização da previsão da receita esteja em desacordo com o art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, deixo de acolher a sugestão do órgão ministerial para a constituição de autos apartados e a comunicação ao Ministério Público Estadual, uma vez que a ausência de divulgação da previsão da receita não comprometeu a lisura das contas apresentadas, devendo a irregularidade ser corrigida pela Administração Municipal.

Ainda, de acordo com o Mapa Brasil Transparente<sup>10</sup>, verifica-se que o município de Imbuia atingiu a nota 10 de um total de 10 pontos. A avaliação realizada levou em consideração requisitos de transparência passiva e contemplou o período de junho/2016 a janeiro/2017<sup>11</sup>.

Ressalta-se que a disponibilização de dados em linguagem clara e acessível a todos os tipos de público é requisito essencial para que o postulado da transparência seja de fato atendido. Dar transparência é chamar a sociedade para participar dos rumos do Estado, é motivar a decisão tomada<sup>12</sup>, é permitir ao cidadão a oportunidade de fazer parte do processo de mudanças por meio de políticas públicas que satisfaçam as reais necessidades da população.

Nesse contexto, mesmo tendo atendido aos requisitos mínimos previstos em lei, o Governo Municipal pode e deve aprimorar as informações disponibilizadas, de maneira a torná-las mais compreensíveis aos olhos da sociedade, utilizando uma linguagem mais acessível e de fácil entendimento, especialmente com relação às informações orçamentárias, financeiras e contábeis, que ainda são apresentadas de forma técnica, o que dificulta o entendimento e o acompanhamento dos gastos públicos pelo cidadão comum.

#### IV.1.4 Canais de Participação Social

Outro aspecto da responsabilidade político democrática se traduz na atuação dos Conselhos Municipais e órgãos similares. A democracia participativa estimula a multiplicação de espaços de debate entre Estado e sociedade civil, de modo a propiciar o

<sup>10</sup> Disponível em: <https://mbt.cgu.gov.br/publico/transparencia-por-localidade/detalhamento?codigoMunicipio=4213203&uf=SC>. Acesso em 24 set. 2021.

<sup>11</sup> Último período de Imbuia que foi avaliado pelo Mapa Brasil Transparente.

<sup>12</sup> SILVA, Carlos Roberto da. Princípio da transparência na Administração Pública. Disponível em: <https://ralmeidasgc.jusbrasil.com.br/artigos/113024627/principio-da-transparencia-na-administracao-publica>. Acesso em: 26 jul. 2021.



encontro entre diferentes visões e perspectivas, permitindo aos participantes considerarem outros interesses, opiniões e valores, além dos seus próprios. O estabelecimento de novas conexões com a participação cidadã considera cada vez mais a participação de membros não governamentais organizados em subsistemas políticos, como os institutos de pesquisa, grupos de interesse, entre outros.

O que se observa, contudo, é uma participação ainda secundária do cidadão. Assim, é fundamental o estabelecimento de múltiplos canais que possibilitem a interligação de redes de interesses, permitindo que os atores sociais se manifestem por meio de instituições participativas, impulsionando e exigindo respostas do Estado e ao mesmo tempo auxiliando o governo na construção de uma sociedade mais participativa para o alcance dos resultados desejados.

Nesse contexto, destacam-se os Conselhos Municipais, ou conselhos de políticas públicas, que são estruturas de participação cidadã destinadas a possibilitar a maior articulação na formulação e implementação de políticas públicas no Município.

A Instrução Normativa n. TC-20/2015 estabelece, em seu art. 7º, inciso III e parágrafo único, que as contas apresentadas pelo prefeito Municipal devem ser acompanhadas dos pareceres de diversos Conselhos Municipais. Busca-se, de maneira geral, acompanhar a atuação desses Conselhos e a sua avaliação em relação à aplicação dos recursos públicos destinados à sua área de atuação.

A Diretoria das Contas de Governo acompanhou a remessa de arquivos com a denominação formal dos pareceres. Complementarmente, o Gabinete da Relatora buscou realizar a verificação do seu conteúdo, conforme a seguir sintetizado:

Quadro 03:

Conselho	Parecer
Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (art. 24 da Lei federal n. 11.494/2007)	Aprovação das contas.
Conselho Municipal de Saúde (arts. 1º, <i>caput</i> , e 2º da Lei n. 8.142/1990)	Aprovação das contas.
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 88, inciso II, da Lei Federal n. 8.069/1990)	Aprovação das contas.
Conselho Municipal de Assistência Social (art. 16, inciso IV, da Lei n. 8.742/1993)	Aprovação das contas.
Conselho Municipal de Alimentação Escolar (art. 18 da Lei n. 11.947/2009)	Aprovação das contas.
Conselho Municipal do Idoso (art. 6º da Lei n. 8.842/1994)	Aprovação das contas.

Alguns dos pareceres encaminhados contemplam informações relativas ao volume de recursos aplicados e às ações executadas. No entanto, de maneira geral, restringem-se às informações mínimas quanto à aprovação ou rejeição das contas.



Destaca-se que a atuação dos Conselhos Municipais é de grande relevância para a implantação e o acompanhamento de políticas públicas, bem como na verificação da regular aplicação dos recursos públicos nas respectivas áreas de atuação. Assim, é necessário que os pareceres contenham informações que os fundamentem, em especial sobre o volume de recursos aplicados; as principais ações executadas ou não realizadas; os problemas detectados; assim como as boas práticas implementadas nas respectivas áreas e os impactos decorrentes dessas ações.

Nesse sentido, cabe recomendação aos Conselhos Municipais para que aprimorem os pareceres que tratam da análise das contas dos respectivos fundos municipais, fazendo neles constar informações que justifiquem a sua manifestação.

Ao Gestor Municipal a recomendação é fortalecer os Conselhos Municipais no âmbito do município, para incentivar a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas e construir uma sociedade que seja mais inclusiva, participativa e sustentável.

## IV.2 RESPONSABILIDADE PELA BOA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Durante o exercício de 2020, a receita arrecadada pelo município de Imbuia foi de R\$ 25.093.660,84 e representou 100,37% da receita prevista na Lei Orçamentária Anual. O montante das despesas empenhadas foi de R\$ 22.875.948,64 e correspondeu a 75,97% da despesa autorizada pelo Legislativo Municipal, incluídas as alterações orçamentárias realizadas no decorrer do exercício.

### IV.2.1 Resultado Orçamentário

O confronto entre o total da receita arrecadada e da despesa realizada evidencia um superávit orçamentário de R\$ 2.217.712,20 e corresponde a 8,84% da receita do exercício.

A tabela a seguir demonstra o comportamento da receita e despesa do Município nos últimos quatro anos (Gestão de 2017/2020) e os resultados alcançados:

Tabela 08:

Em valores nominais

Itens/Ano	2017	2018	2019	2020
1   Receita Arrecadada	18.346.499,41	20.989.541,00	22.939.097,53	25.093.660,84
2   Despesa Executada	17.968.210,41	20.689.754,38	22.857.935,49	22.875.948,64
Superávit/Déficit (1-2)	378.289,00	299.786,62	81.162,04	2.217.712,20
Quociente (1/2) <sup>13</sup>	1,02	1,01	1,00	1,10

Obs. Valores nominais.

Fonte: Relatório n. DGO 184/2021, item 3.2, quadro 03.

<sup>13</sup> Quando o quociente for superior a 1,00, tem-se que as receitas arrecadadas superaram as despesas empenhadas no exercício, e se o resultado do indicador for menor que 1,00, as despesas realizadas no exercício foram maiores que as receitas realizadas e demonstra um desequilíbrio orçamentário.





Diante do resultado apurado, verifica-se o **cumprimento** do art. 48, alínea “b”, da Lei n. 4.320/64 e do art. 1º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

#### IV.2.2 Resultado Financeiro

A análise da gestão financeira evidenciou um superávit financeiro consolidado, relativo ao exercício de 2020, de R\$ 5.115.693,34.

De acordo com o Relatório Técnico (item 4.3, Quadro 12), o município de Imbuia tem apresentado resultados financeiros positivos ao longo dos últimos anos. Assim, considerando as informações de forma consolidada, verifica-se que as contas municipais mantêm o equilíbrio preconizado pela Lei Complementar n. 101/2000.

Na tabela a seguir apresenta-se a evolução do resultado financeiro do Município nos últimos 4 anos relativos à gestão 2017/2020.

Tabela 09:

Em valores nominais

Itens/Ano		2017	2018	2019	2020
1	Ativo Financeiro	2.684.396,92	3.071.972,56	3.954.985,33	6.981.757,16
2	Passivo Financeiro	305.563,82	335.886,22	1.057.004,19	1.866.063,82
Superávit/Déficit (1-2)		2.378.833,10	2.736.086,34	2.897.981,14	5.115.693,34
Quociente (1/2) <sup>14</sup>		8,79	9,15	3,74	3,74

Fonte: Item 4.3, quadro 12, do Relatório Técnico n. 0184/2021.

De acordo com os dados acima, a situação financeira é superavitária, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município. Verifica-se que, no final do exercício de 2020, o Ativo Financeiro representa 3,74 vezes o valor do Passivo Financeiro.

#### IV.2.3 Disponibilidade de Caixa por Fonte de Recursos

Em se tratando do último ano do mandato do Prefeito, a Diretoria Técnica promoveu a verificação do cumprimento do art. 42 da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), segundo o qual é vedado ao titular de Poder ou órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigações de despesa que não possam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para o respectivo pagamento.

A apuração da disponibilidade de caixa líquida foi realizada por fonte de recursos, de acordo com a metodologia descrita no Relatório Técnico n. DGO 184/2021- item 9.

<sup>14</sup> Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente for inferior a 1,00 é um indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.



A análise apresentada pela DGO demonstra que o Poder Executivo do município de Imbuia contraiu obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa de recursos vinculados – Fontes 32 (Transferências de convênios – União/Educação) no valor de R\$ 100,65; 35 (Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União) no valor de R\$105,00; e 37 (Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios) em R\$ 2.110,08, totalizando despesas a descoberto de R\$ 2.315,73. Contudo, o montante apurado foi considerado totalmente absorvido pela disponibilidade líquida de caixa de recursos não vinculados, evidenciando o **cumprimento do art. 42 da LRF** (quadro 22 do Relatório Técnico n. 184/2021).

#### IV.2.4 Conformidade Constitucional e Legal

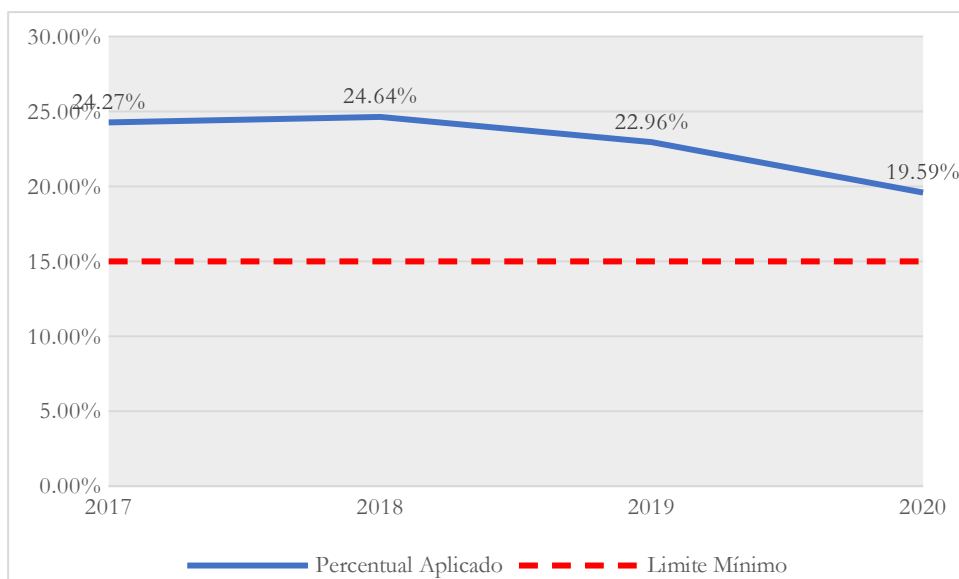
Na análise realizada pela Diretoria de Contas de Governo, verifica-se que o acompanhamento dos limites mínimos de gastos com a educação e saúde, assim como os limites máximos relativos aos gastos com pessoal, apresentou os seguintes resultados:

- a) **Aplicação Mínima em Ações e Serviços Públicos de Saúde - art. 198 da CF/ 88 c/c o art. 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias -ADCT.**

O limite constitucional relativo à aplicação de no mínimo 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, em Ações e Serviços Públicos de **Saúde** foi atendido pelo Município, sendo verificada a aplicação de **19,59%**.

O gráfico a seguir apresenta em termos percentuais o volume de recursos aplicados em saúde durante os últimos quatro anos que correspondem à gestão de 2017/2020.

**Gráfico 02– Percentuais aplicados em ações e serviços de saúde – gestão 2017/2020**





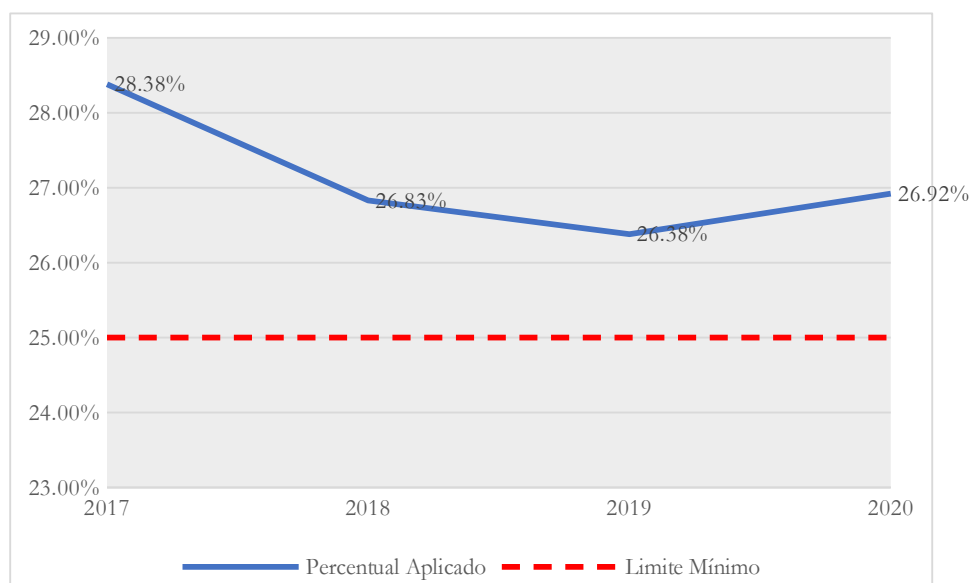
Fonte: Relatório Técnico n. DGO 184/2021 (item 5.1)

## b) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - Art. 212 da Constituição Federal.

O gasto mínimo de 25% das receitas provenientes de impostos, compreendidas as decorrentes de transferências, com Manutenção e Desenvolvimento do **Ensino** foi atendido, com a aplicação de **26,92% no exercício de 2020**.

Analisando a série histórica de aplicação em gastos com a Educação, verifica-se que durante a gestão de 2017/2020 o Município vem cumprindo o limite estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Gráfico 03 – Percentuais aplicados em Educação – gestão 2017-2020



Fonte: Relatório Técnico n. DGO 184/2021 (item 5.2)

## c) FUNDEB - Lei n. 11.494/2007

Em relação aos recursos do **Fundeb**, verificou-se a aplicação de **83,40%** em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, tendo o Município atendido ao estabelecido no art. 60, inciso XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e no art. 22 da Lei n. 11.494/2007.

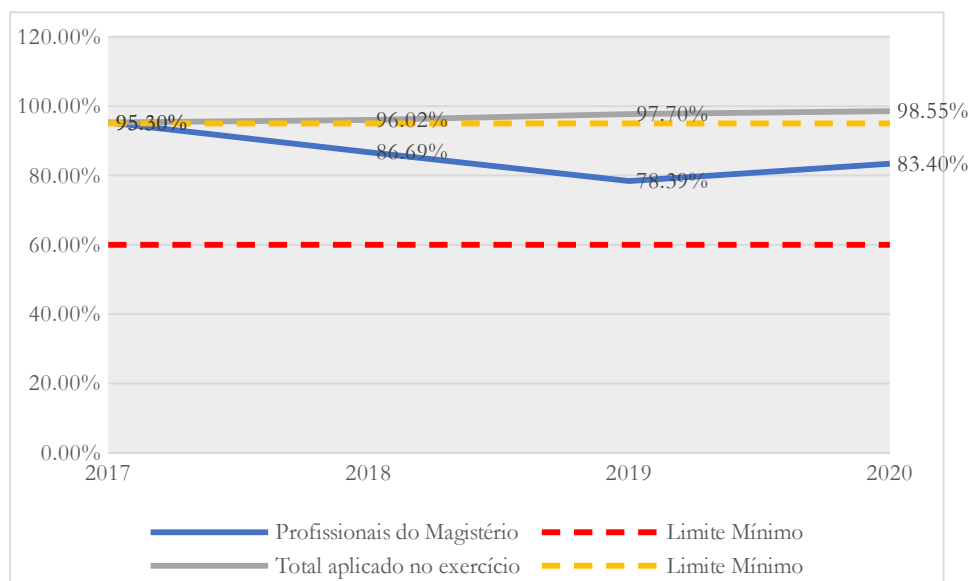
Da mesma forma, do montante dos recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2020, foram aplicados **98,55%**, portanto **acima** do limite de 95,00% estabelecido no art. 21 da Lei n. 11.494/2007.

Com relação aos recursos do Fundeb remanescentes do exercício de 2019, a DGO apurou que o Município utilizou no primeiro trimestre de 2020, mediante a abertura de crédito adicional, apenas parte do saldo anterior, em descumprimento ao disposto no art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/2007.

Verifico que, do saldo remanescente do exercício anterior, foi utilizado, por meio da abertura de crédito adicional, o montante de R\$ 58.824,52, que representa 74,75% do total disponível de R\$ 78.701,50, evidenciando uma diferença de R\$ 19.876,98 não contemplada pelo referido decreto. Para o Ministério Público de Contas, a irregularidade deve ser objeto de análise em processo específico pela Diretoria Técnica e comunicada ao MPSC para as medidas cabíveis. Contudo, considerando o princípio da materialidade e a economia processual, entendo que é suficiente a formulação de recomendação ao gestor municipal para que atente para a correta utilização dos recursos do FUNDEB, nos termos estabelecidos no art. 21, § 2º, da Lei n. 11.494/2007.

O gráfico a seguir contempla a aplicação dos recursos do FUNDEB nos 4 anos de mandato do titular das contas em análise:

Gráfico 04 – Evolução dos Gastos com Fundeb – gestão 2018/2020



Fonte: Relatório Técnico n. DGO 184/2021 (item 5.2)

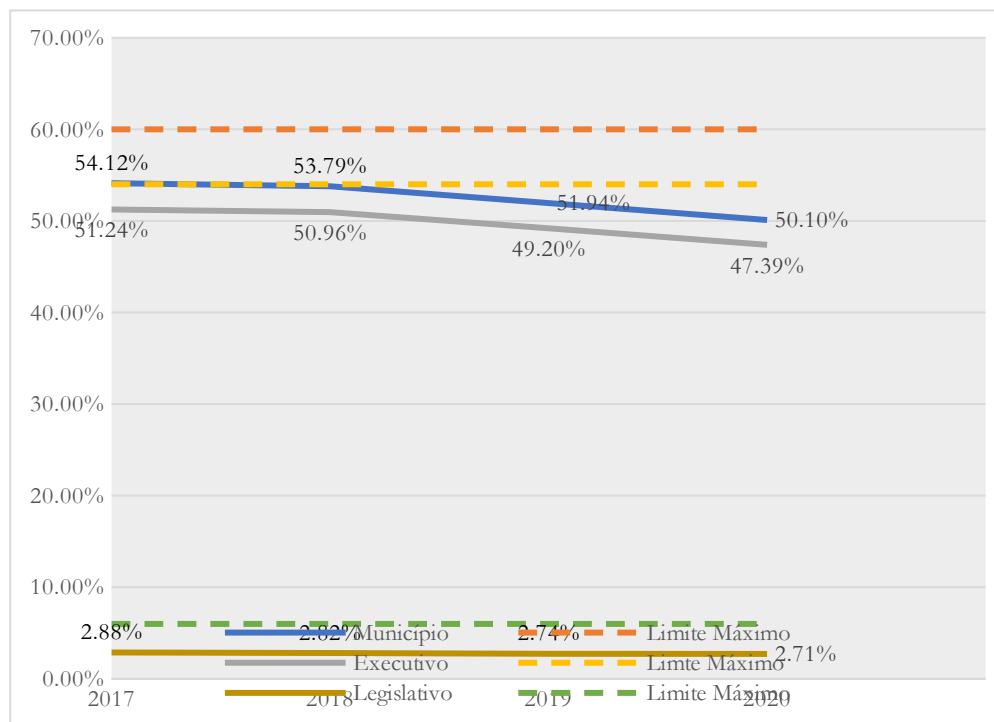
#### d) Gastos com Pessoal - art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III, 20, III, “a” e “b”, da Lei Complementar n. 101/2000 (LRF)

Na verificação dos limites dos **gastos com pessoal**, o percentual destes em relação à Receita Corrente Líquida do Município foi de **50,10%**, sendo **47,39%** no Poder Executivo e **2,71%** no Poder Legislativo, os quais demonstram que houve o **cumprimento** do parâmetro estabelecido pela LRF.



A evolução dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2017 a 2020, que corresponde ao período da gestão do titular das contas objeto de análise, está contemplada no gráfico que segue:

**Gráfico 05 – Percentual de Gastos com Pessoal – gestão 2017/2020**



Fonte: Relatório Técnico n. DGO 184/2021(item 5.3)

Verifica-se que o percentual de gastos com pessoal em relação à receita líquida do Município diminuiu gradativamente durante os quatro anos analisados e no último ano de mandato foi registrado seu menor índice.

#### IV.2.5 Comportamento da Receita de acordo com a origem

A tabela a seguir sintetiza a execução da receita orçamentária do Município, evidenciando o montante previsto e arrecadado, bem como a participação de cada receita em relação ao montante arrecadado.

Tabela 10: Receita por Origem de Recursos:

Receita por Origem	Previsão (R\$)	Arrecadação (R\$)	% arrecadado	% sobre a Categoria Econômica da Receita	% sobre Receita Total
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.464.000,00	1.637.225,97	111,83	6,93	6,52
Receita de Contribuições	369.000,00	297.855,78	80,72	1,26	1,19
Receita Patrimonial	109.000,00	43.883,64	40,26	0,19	0,17
Receita Agropecuária	59.000,00	42.201,82	71,53	0,18	0,17
Receita de Serviços	3.000,00	3.399,74	113,32	0,01	0,01
Transferências Correntes	19.694.000,00	21.426.236,37	108,80	90,65	85,39
Outras Receitas Correntes	8.000,00	185.316,83	2.316,46	0,78	0,74
<b>RECEITA</b>	<b>21.706.000,00</b>	<b>23.636.120,15</b>	<b>108,89</b>	<b>100,00</b>	<b>94,19</b>

Processo: @PCP 21/00129001 - COE/SNI – 1044/2021

25  
4507908



CORRENTE					
Operações de Crédito	2.001.000,00	-	-		
Alienação de Bens	28.000,00	90,86	0,32	0,01	0,00
Transferências de Capital	1.264.000,00	1.457.449,83	115,30	99,99	5,81
Outras Receitas de Capital	1.000,00	-	-		
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>3.294.000,00</b>	<b>1.457.540,69</b>	<b>44,25</b>	<b>100,00</b>	<b>5,81</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>25.000.000,00</b>	<b>25.093.660,84</b>	<b>100,37</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatório Técnico n. 184/2021, item 3.3, Quadro 04.

Verifica-se que as transferências correntes representam 90,65% do volume de recursos que compõem a receita corrente e 85,39% em relação ao total arrecadado no exercício, representando, portanto, o maior volume de recursos que ingressaram nos cofres municipais no ano de 2020. A receita tributária, resultante da arrecadação realizada no âmbito do próprio Município, foi da ordem de 6,93% do total da receita corrente do exercício em análise.

De acordo com o Relatório Técnico, a evolução da receita tributária em relação ao total da receita corrente do Município está praticamente estagnada desde 2016, passando de 6,73% em 2016 para 6,81% no exercício de 2020, e permanece abaixo da média dos municípios catarinenses e da região da AMAVI. Com relação ao IPTU, houve um aumento significativo na arrecadação nos quatro últimos exercícios, contudo, o valor *per capita* arrecadado pelo município de Imbuia permanece abaixo das médias regional e estadual.

#### IV.2.6 Alocação de recursos por funções de governo

A análise das despesas por funções demonstra quanto o governo municipal gastou em suas áreas de atuação, como educação, saúde, saneamento, agricultura etc. Essas diferentes funções agregam os gastos de acordo com parâmetros predefinidos e permitem averiguar a ordem de importância ou as prioridades definidas pelo governo municipal.

De acordo com a tabela a seguir, verifica-se que durante o exercício em análise as despesas realizadas pelo município de Imbuia totalizaram R\$ 22.875.948,64, o que representa apenas 75,97% do orçamento aprovado de R\$ 30.109.839,19 (incluindo as alterações orçamentárias), e estão assim distribuídas:

Tabela 11: Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada

Despesas por função de governo	Autorização (R\$)	Execução (R\$)	% executado	% executado / despesa total
01-Legislativa	1.050.000,00	741.774,65	70,65	3,24
04-Administração	2.838.711,71	2.715.272,03	95,65	11,87
08-Assistência Social	816.438,61	533.300,08	65,32	2,33
10-Saúde	8.755.515,45	6.613.433,99	75,53	28,91
12-Educação	7.087.873,42	5.733.792,20	80,90	25,06
13-Cultura	101.000,00	73.061,77	72,34	0,32
15-Urbanismo	4.992.800,00	4.309.736,80	86,32	18,84
16-Habitação	7.000,00	-	-	-
17-Saneamento	195.000,00	129.370,34	66,34	0,57



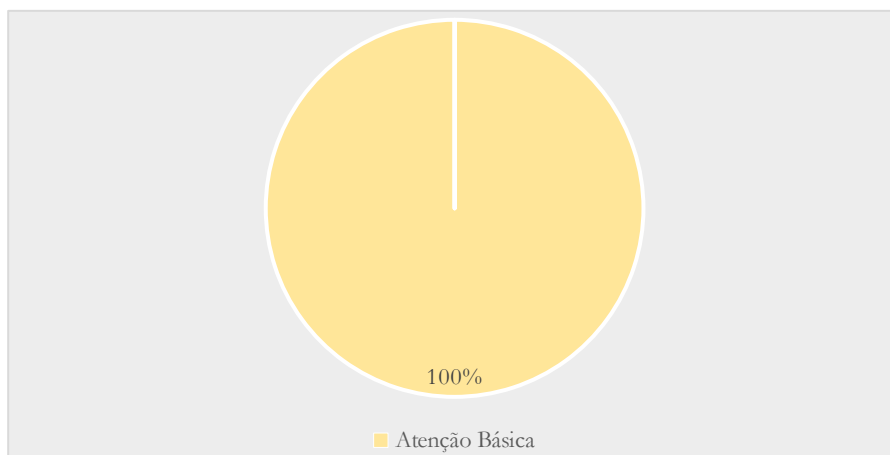
18-Gestão Ambiental	429.000,00	419.995,04	97,90	1,84
20-Agricultura	583.500,00	505.782,11	86,68	2,21
22-Indústria	2.002.000,00	-	-	-
23-Comércio e Serviços	168.000,00	153.578,40	91,42	0,67
26-Transporte	416.000,00	312.020,61	75,00	1,36
27-Desporto e Lazer	205.000,00	180.049,52	87,83	0,79
28-Encargos Especiais	457.000,00	454.781,10	99,51	1,99
99-Reserva de Contingência	5.000,00	-	-	-
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>30.109.839,19</b>	<b>22.875.948,64</b>	<b>75,97</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Relatório Técnico n. 0184/2021, item 3.3, Quadro 06.

Em termos gerais, verifica-se que o setor de Saúde recebeu a maior fatia de recursos no orçamento municipal em 2019 (29,08%), seguido pelas áreas de Educação e Urbanismo, que receberam, respectivamente, um volume de recursos do Poder Público de 23,54% e 16,58% do total orçado para o exercício. Do montante previsto para a função saúde, foram realizados no exercício de 2020 apenas 75,53% e na educação o percentual executado atingiu 80,90% do valor fixado na Lei Orçamentária Anual.

Na **saúde**, os gastos do governo municipal entre o período de 2017 e 2020 foram integralmente direcionados para o atendimento da atenção básica em saúde.

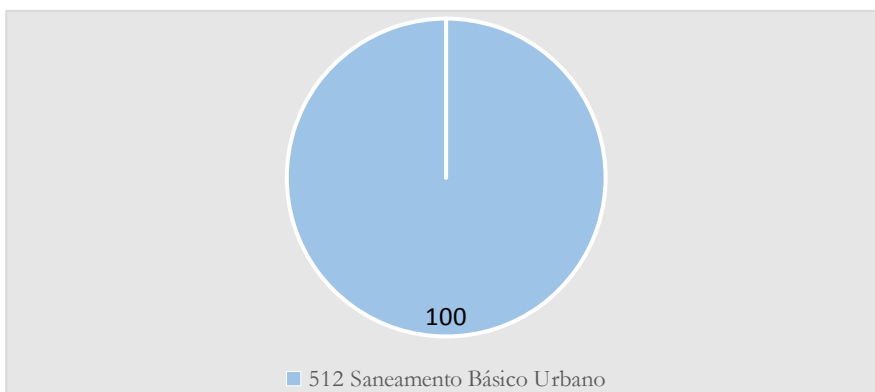
**Gráfico 06 - Percentual empenhado em saúde por subfunção – 2017/2020**



Fonte: Sistema e-Sfinge

Com relação ao **saneamento básico**, os investimentos realizados pelo governo ao longo da gestão 2017/2020 foram direcionados integralmente para a subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano – para atender os seguintes programas:

**Gráfico 07 - Percentual empenhado em saneamento por subfunção – 2017/2020**



Fonte: Sistema e-Sfinge

#### IV.2.7 Despesas realizadas no combate à Pandemia da Covid-19

De acordo com a Diretoria Técnica, o município de Imbuia realizou despesas no montante de R\$ 331.836,68, durante o exercício de 2020, para o enfrentamento da Pandemia da Covid 19, o que corresponde a 1,32% do total da receita do Município no mesmo período.

No que se refere aos recursos previstos na Lei Complementar n. 173/2020<sup>15</sup>, art. 5º, I, “b” e II, “b”, o Município recebeu do governo federal R\$ 22.438,61 destinados a ações de saúde e assistência social (FR 52 Covid-19) e R\$ 168.556,08 sem destinação específica (FR 53 Covid-19).

No levantamento realizado, o corpo instrutivo<sup>16</sup> identificou que os recursos contabilizados na Fonte 52 não foram utilizados pelo governo municipal no exercício de 2020, e quanto ao valor recebido sem destinação específica o percentual aplicado corresponde a 99,79% do montante recebido no exercício de análise.

Contudo, ressalto que as informações trazidas nestes autos são de natureza meramente quantitativa e não contemplam uma análise mais aprofundada com relação à qualidade das despesas realizadas, o que pode ser realizado, se necessário, em momento futuro e oportuno pela Diretoria Técnica competente deste Tribunal de Contas.

#### IV.2.8 Outros achados constatados pela Diretoria Técnica e/ou pelo Ministério Público de Contas

Em seu parecer, o Ministério Público de Contas (Parecer MPC/DRR/1779/2021) solicita o retorno da análise das políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente. A matéria é, por certo, relevante e merece tratamento prioritário como temática a ser incluída nos planejamentos de fiscalização desta Corte de Contas. Contudo, o instrumento processual

<sup>15</sup> Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

<sup>16</sup> Item 10, quadro 23 do Relatório Técnico n. DGE 184/2021.





adequado deve obedecer aos atos normativos internos, sobretudo os termos estabelecidos pelo art. 32 da Resolução n. TC-0149/2019.

No mesmo sentido deixo de acolher a sugestão apresentada pelo MPC para a constituição de autos apartados, em razão do não atendimento às disposições constantes no inciso XVIII do Anexo II da Instrução Normativa n. TC 20/2015 (item 3.1.2 do Parecer MPC/DRR/1779/2021).

Ainda, segundo o MPC, o município de Imbuia estaria dispensado da elaboração e aprovação do Plano Diretor Municipal. Nesse aspecto discordo do *parquet* ministerial, em razão do disposto no art. 41 da Lei Federal n. 10.527/2001. Em consulta ao *site* oficial do município<sup>17</sup>, verifica-se que Imbuia possui plano diretor aprovado, contudo, sem a devida revisão decimal estabelecida naquela Lei.

#### IV.3 RESPONSABILIDADE PELA GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO. AVALIAÇÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Gerar valor público é oferecer respostas efetivas frente a necessidades ou demandas coletivas, desejadas politicamente, cujos resultados atendem aos interesses e às expectativas dos beneficiários<sup>18</sup>. Trata-se, portanto, de oferecer aquilo que realmente contribui para melhorar a vida do cidadão.

Ao definir as políticas públicas a serem executadas, o gestor deve estabelecer com clareza o resultado a ser alcançado, qual o valor público que será oferecido e para quem deve esse valor ser direcionado. Surge aí, a necessidade de construção de uma relação dialógica entre governantes e governados, em prol do exercício contínuo de legitimidade democrática e que impõe ao controle o dever de desenvolver um novo modelo para a avaliação dos programas governamentais.

Assim, o exame das contas não pode se reduzir à análise de dotações orçamentárias, relativas a despesas e receitas, devendo avançar para esclarecer à sociedade como ou se os recursos públicos foram utilizados no atendimento do interesse comum. Com esse fim, torna-se imprescindível o acompanhamento das políticas públicas, ou seja, dos programas governamentais, quando da análise das contas municipais para fins de emissão do parecer prévio. O controle do atendimento de diretrizes, objetivos e metas é realizado por meio de indicadores previamente estabelecidos e se mostra fundamental para o acompanhamento da execução da agenda local e global. Além disso, os resultados apresentados pelo Município em termos de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) ou de Índice Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) e no

<sup>17</sup> <https://www.imbuia.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/140117>. Acesso em 27 out. 2021.

<sup>18</sup> TEIXEIRA, Vilmar Agapito. Criando Valor Público – Gestão Estratégica no TCU. Página de Liderança, Brasília, 01 out 2012. Disponível em 2012: << [http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/educacao\\_corporativa/lideranca](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/educacao_corporativa/lideranca)>>. Acesso em: 23 jun. 2021.



que se refere à taxa de mortalidade infantil ou à expectativa de vida, também decorrem dessas políticas públicas.

Assim, a seguir são apresentados alguns indicadores municipais nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, segurança e gestão, os quais evidenciam o cumprimento ou não de metas estabelecidas em leis e planos nacionais, bem como na agenda internacional. Destaca-se a sua importância não apenas para a verificação da efetividade das ações desenvolvidas até o momento, mas também para que o planejamento das ações futuras contemple políticas públicas baseadas nas evidências disponíveis.

#### IV.3.1 Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas

O planejamento e a avaliação das políticas públicas são etapas essenciais para a sua efetividade. No âmbito federal, o Decreto Federal n. 9.203/2017 trouxe diretrizes para a política de governança, fazendo referência à necessidade de avaliar as propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas. Tão importante quanto a análise *ex post* é a análise *ex ante* das políticas públicas, pois, como prática da boa governança, corrobora a importância de mensuração do impacto sistêmico das políticas públicas. Planejar e avaliar os possíveis impactos da aplicação dos recursos públicos contribui para evitar desperdícios, mau uso ou uso inadequado e ilegítimo dos recursos que são de todos.

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea) desenvolveu um Guia Prático de Análise *Ex Ante*<sup>19</sup> para a avaliação prévia de políticas públicas, que pode servir de modelo também para o âmbito municipal. O guia propõe a realização de oito etapas: diagnóstico do problema; caracterização da política: objetivos, ações, público-alvo e resultados esperados; desenho da política; estratégia de construção de confiabilidade e credibilidade; estratégia de implementação; estratégia de monitoramento, de avaliação e controle; análise de custo-benefício; e impacto orçamentário e financeiro.<sup>20</sup> Cada etapa é desdobrada em questionamentos que auxiliam na própria formulação das políticas públicas. Com o objetivo de divulgar e contribuir para o planejamento municipal das políticas públicas, consta no **Anexo II** desta proposta de voto o *check list* do guia prático federal.

Por outro lado, também cabe ao Tribunal de Contas colaborar com estudos que antecedam a realização de políticas públicas municipais, com a identificação da avaliação de impacto, a verificação da fidedignidade das informações, a verificação da aderência da execução ao programa previsto no planejamento, entre outras medidas, para o alcance de melhores políticas, ações e programas no âmbito municipal.

<sup>19</sup> O guia decorre do resultado das discussões técnicas coordenadas pela Casa Civil da Presidência da República e em parceria com o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

<sup>20</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante*. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319\\_avaliacao\\_de\\_politicas\\_publicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180319_avaliacao_de_politicas_publicas.pdf)  
Acesso: 14 set. 2020.



A participação dos sistemas de controle é de máxima relevância nesse processo de integração da governança multinível, de modo a tornar exequível a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo de Pessoas e Regiões. Cabe aos órgãos de controle atuar não apenas por meio do poder repressor, mas também por meio de medidas preventivas que visem contribuir para o aprimoramento da governança pública e a construção de um modelo de gestão de excelência.

No que se refere propriamente à avaliação de políticas públicas o TCU editou em 2020 o Referencial de Controle de Políticas Públicas<sup>21</sup> (Portaria – TCU n. 1888/2020) que pode servir de orientação para o Município.

#### IV.3.2 Monitoramento do Plano Nacional de Saúde (PNS)

As diretrizes, objetivos e metas do PNS para o período de 2017-2021 foram estabelecidas por meio de Pactuação Interfederativa, ou seja, entre os três níveis de governo, e contemplam a constituição de redes de atenção à saúde. Em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite<sup>22</sup> foram definidos ainda 23 indicadores para o acompanhamento, conforme Resolução n. 08, publicada no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016.

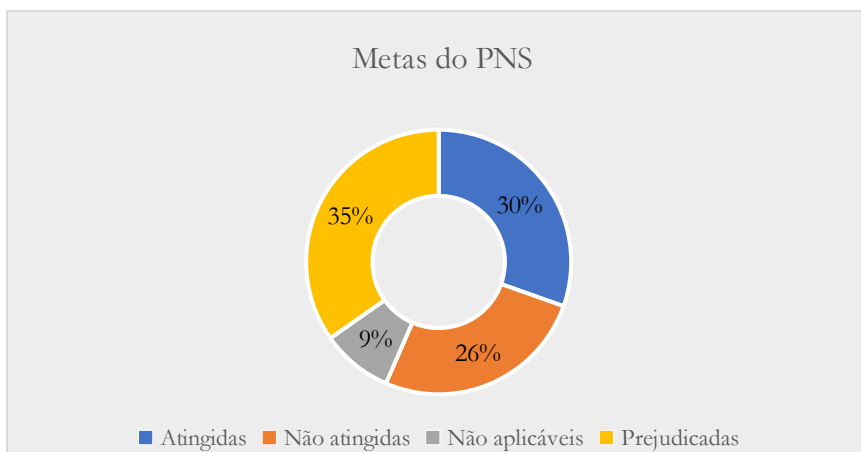
Os resultados obtidos em relação aos indicadores pactuados pelo Município são informados pelo próprio ente municipal e validados, na sequência, pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Ministério da Saúde. Trata-se, assim, de informações advindas do próprio Município, cuja consistência pode posteriormente ser objeto de controle pelo Tribunal de Contas.

Conforme análise detalhada constante do quadro 21, item 8.1, do Relatório Técnico, no exercício de 2020, o município de Imbuia atingiu 30,43 % das metas pactuadas e não atingiu 26,09 % dessas metas. As demais foram consideradas não aplicáveis (8,70%) ou prejudicadas (34,78%).

#### Gráfico 08:

<sup>21</sup> Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/referencial-de-controle-de-politicas-publicas.htm>. Acesso em: 21 set. 2021.

<sup>22</sup> Lei Federal n. 12.466/2011 e Decreto n. 7.508/2011.



Constata-se, assim, um *déficit* entre as metas pactuadas e os resultados obtidos pelo município de Imbuia, questão que não pode ser dissociada do elevado número de casos em que o Município não pontuou o indicador ou não informou o resultado atingido, o que enseja recomendação ao governo municipal para que atente ao cumprimento das metas pactuadas pelo Município.

Ressalta-se que as metas estabelecidas para o Município de Imbuia por meio do Plano Nacional de Saúde estão alinhadas com as metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 da Agenda 2030 da ONU, visto que ambos estabelecem mecanismos para assegurar às pessoas uma vida mais longa e em melhores condições, seja por meio da ampliação do acesso a serviços de saúde de qualidade, seja por meio da oferta de sistemas de esgoto sanitário, água potável, alimentação saudável, entre outros.

#### IV.3.3 Monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal n. 13.005/2014, com vigência até 2024, apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias com abrangência em todos os níveis de ensino. A Meta 1 do Plano, cujo atingimento vem sendo acompanhado pelo Tribunal de Contas, objetiva:

- i) Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade; e
- ii) Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Com base nos dados estatísticos do Município, foram calculadas as taxas de atendimento em creche e pré-escola em 2020. Ressalta-se que os dados populacionais utilizados nos cálculos realizados pelo Tribunal foram estimados a partir das informações registradas no último censo realizado em 2010 e atualizados com base nos registros do Ministério da Saúde referentes a nascidos vivos e óbitos, podendo, portanto, haver divergências entre as

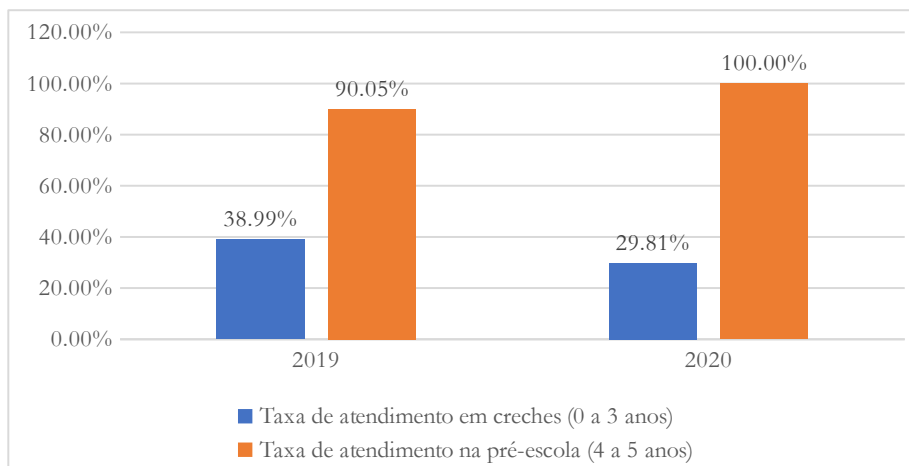


projeções e o número efetivo de crianças a serem atendidas. Ainda assim tratam-se de informações relevantes, que situam o Município em relação ao cumprimento do PNE.

No caso de Imbuia, a Instrução apurou que a taxa estimada de atendimento na pré-escola foi de 109,50%, o que indica que o número de crianças de 4 a 5 anos atendidas foi superior à população projetada para essa faixa etária no Município. Fato que merece uma melhor avaliação pelas diretorias técnicas responsáveis pelas ações de fiscalização.

Contudo, o percentual apurado indica que o Município está dentro do limite fixado de 100% na primeira parte da meta. Já a taxa de atendimento estimada de crianças de 0 a 3 anos em creches municipais foi de apenas 29,81%, o que não atende à primeira parte da meta.

**Gráfico: 09 – Taxa de atendimento em creches e pré-escola: 2019-2020.**



Fonte: Itens 8.2.2 e 8.2.3 do Relatório Técnico n. 184/2021.

Verifico que, se comparado ao exercício de 2019, em termos percentuais, houve um aumento na taxa de atendimento de crianças que frequentam a pré-escola e uma queda na taxa de atendimento em creches.

A Meta 1 do PNE alinha-se aos propósitos estabelecidos na Meta 4.2 do ODS 4 da Agenda 2030 da ONU, na medida em que ambas buscam garantir o acesso à educação infantil e o cuidado com a primeira infância. Ainda que os períodos de abrangência não sejam os mesmos, tanto as metas do PNE (2014-2024) quanto as metas da Agenda da ONU (2015 – 2030) convergem para uma mesma questão: diminuir as desigualdades educacionais.

Sendo assim, é necessário que as ações públicas prevejam medidas efetivas para ampliar o atendimento para contemplar todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme definido no Plano Nacional de Educação e nas Metas do ODS 4. Tais fatos justificam a expedição de recomendação orientando para o cumprimento das metas previstas na legislação federal e na AGENDA 2030.



#### IV.3.4 Saneamento Básico

A Lei n. 14.026, de 15 de julho de 2020, atualizou o marco legal do saneamento básico no Brasil e reafirmou o protagonismo dos municípios no que diz respeito aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos. Foi previsto prazo para o cumprimento de metas de universalização do atendimento em relação aos serviços de água potável e de coleta e tratamento de esgotos, o que, somado à essencialidade desses serviços, demanda atenção e ações efetivas dos gestores municipais para superar as lacunas existentes.

Verifica-se que no município de Imbuia o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) foi instituído por meio da Lei n. 1527/2012, de 18 de maio de 2012. No município, o serviço de distribuição de água potável é realizado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN).

De acordo com as informações encaminhadas pelo governo municipal, o município não possui sistema público de esgotamento sanitário. Com relação ao fornecimento de água potável, a municipalidade informou que em 2020 foram atendidas 2.691 pessoas, o que corresponde a 43,12% da população do Município. Em 2019, de acordo com as informações disponíveis no Sistema de Informações sobre Saneamento (SNIS), 2507 pessoas possuíam água potável em suas residências, o que representa 40,46%<sup>23</sup> de toda a população do Município naquele ano.

Tabela 12:

Grupos	Percentual atendido		ODS 6
	2019	2020	
População atendida com serviço de água	40,46	43,12	Meta 6.1
População atendida com esgotamento sanitário	0,00	0,00	Meta 6.2

Tanto a lei que estabeleceu o novo marco legal do saneamento básico no Brasil quanto o Plano Municipal de Saneamento Básico de Imbuia convergem para as metas estabelecidas no ODS 6 da Agenda 2030, o qual busca assegurar a disponibilidade e a gestão responsável de água e saneamento para todos, propondo que o atendimento de água

<sup>23</sup> Disponível em <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2021.



potável e o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos sejam universalizados até 2030.

Sendo assim, os números apresentados pelo município de Imbuia em relação à população com acesso a água tratada e esgotamento sanitário demonstram que o Município tem muitos vencer, visto que a oferta de água potável não atinge sequer metade da população e não existe a oferta dos serviços de esgotamento sanitário, o que enseja recomendação ao gestor municipal.

#### IV.3.5 Políticas Públicas para a Prevenção de Mortes

Mortes evitáveis ou reduzíveis são aquelas que podem ser prevenidas, total ou parcialmente, com ações efetivas de serviços de saúde, que sejam acessíveis para todos a qualquer tempo e em qualquer lugar. Podem estar relacionadas a questões de saúde física e mental, como diabetes, alcoolismo e suicídio, mas também podem envolver situações de violência, como feminicídio.

Os governos municipais têm um papel fundamental no estabelecimento de políticas públicas com vistas a mitigar as mortes consideradas prematuras e que podem ser evitadas. Trata-se do fornecimento de serviços de saúde, assistência social e infraestrutura, que se traduzem na oferta de água potável, rede de esgoto, alimentação saudável, prática de atividades esportivas, assistência médica, psicológica, entre outros e que garantem às pessoas melhores condições de vida e por muito mais tempo.

Uma das formas de verificar a efetividade das ações realizadas pelo governo municipal é a análise dos números e das causas relacionadas às mortes ocorridas em determinado período, em especial quando se trata de causas evitáveis. O objetivo é chamar a atenção dos gestores municipais da importância de conhecer quais as causas de morte que predominaram em seu município, para servir de ferramenta para a proposição de políticas públicas voltadas para o enfretamento e a mitigação dessas mortes.

De acordo com as informações divulgadas pela Secretaria de Estado da Saúde (SES)<sup>24</sup>, durante os últimos 6 (seis) anos, foram registradas 263 mortes no município de Imbuia, descritas na íntegra no Anexo III da presente proposta de Parecer Prévio. Segundo esses registros, um número expressivo de casos ocorreu em decorrência de causas evitáveis, entre as quais destacam-se as seguintes situações:

Tabela 13:

Causa/Evitabilidade	Número de Ocorrências						
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Aids	0	0	0	0	1	0	1
Diabetes mellitus	2	1	1	2	1	0	7
Alcoolismo	0	0	1	0	1	0	2

<sup>24</sup> Os números de óbitos foram coletados a partir da base de dados do Sistema TABNET, disponibilizado pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina no endereço eletrônico [www.tabnet.dive.sc.gov.br](http://www.tabnet.dive.sc.gov.br), e por meio das informações encaminhadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado.



D. hipertensivas	0	1	1	0	2	1	5
Infarto agudo do miocárdio	8	7	2	5	3	4	29
Cirrose e doenças crônicas fígado	1	1	1	0	1	1	5
Acidentes de trânsito transporte	3	2	1	0	2	1	9
Quedas	0	1	1	2	0	1	5
Suicídios	1	1	0	1	1	4	8
Homicídios	1	1	1	0	1	1	5
Feminicídios	0	1	0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>76</b>

Fonte: Dados da Secretaria de Estado da Saúde de SC, disponíveis em: <http://tabnet.dive.sc.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2021.

Com relação ao suicídio, observa-se que a Lei (federal) 13.819/2019 instituiu a Política Nacional de Prevenção da automutilação e do suicídio, cuja implementação se dá em cooperação com o Município. Conforme se extrai dos dados da Secretaria de Estado da Saúde, houve um aumento significativo de casos em 2020 em comparação aos anos de 2015 a 2019. Sendo assim, cabe ao governo municipal intensificar as ações de prevenção para mitigar as mortes causadas por suicídio em Imbuia.

Outra causa de morte que deve ser combatida é o feminicídio, incluído no rol de crimes hediondos em 2015, por meio da Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015. Nesse aspecto, segundo informações encaminhadas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, não foram registradas mortes por feminicídio no município de Imbuia no período de 2017 a 2020.

#### IV.3.6 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas constituem desafios econômicos, sociais e ambientais que demandam um esforço conjunto de governos, empresas, instituições e sociedade civil para o seu alcance. Com o lema “Não Podemos Deixar Ninguém para Trás”, buscam transformar em realidade o desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo.

Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS abordam os principais desafios para o desenvolvimento sustentável do país e do mundo, como o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente. Referem-se a temas cruciais para os Municípios, com visões de futuro que devem orientar a gestão pública sob os seguintes aspectos:

Quadro 04:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU	
<b>ODS 1</b>	Por fim à pobreza, em todas as suas formas
<b>ODS 2</b>	Acabar com fome, e estimular uma agricultura sustentável
<b>ODS 3</b>	Garantir uma vida saudável e promover bem-estar a todos
<b>ODS 4</b>	Garantir uma educação que inclua a todos, equitativa e de qualidade e prover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos
<b>ODS 5</b>	Alcançar a igualdade entre homens e mulheres
<b>ODS 6</b>	Garantir acesso à água e a saneamento para todos





<b>ODS 7</b>	Garantir acesso à energia limpa
<b>ODS 8</b>	Garantir trabalho decente e crescimento econômico sustentável
<b>ODS 9</b>	Promover o desenvolvimento da indústria, fomentar a inovação e garantir infraestrutura
<b>ODS 10</b>	Reduzir as desigualdades no país
<b>ODS 11</b>	Garantir que as cidades e os assentamentos humanos sejam seguros, inclusivos, sustentáveis
<b>ODS 12</b>	Garantir modalidades de consumo e produção sustentáveis
<b>ODS 13</b>	Adotar medidas para combater as mudanças climáticas e seus efeitos
<b>ODS 14</b>	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos
<b>ODS 15</b>	Proteger a vida sobre a terra
<b>ODS 16</b>	Promover sociedades pacíficas e inclusivas e garantir a justiça para todos
<b>ODS 17</b>	Fortalecer os meios de implementação, usar dados abertos e estatísticas e revitalizar alianças e parcerias

Destaca-se que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) adequou os ODS à realidade brasileira<sup>25</sup>, considerando as estratégias, os planos e os programas nacionais e os desafios do país para garantir o desenvolvimento sustentável na próxima década.

Muito mais que um compromisso com o país e o mundo, a Agenda 2030 é uma oportunidade de convergência de políticas públicas. O alinhamento da agenda municipal com os objetivos internacionais é responsabilidade dos governantes municipais, que têm papel fundamental no processo, como formuladores de políticas públicas, prestadores de serviços, propulsores de inovações e tecnologias, bem como tomadores de decisões que gerem resultados positivos e possibilitem o cumprimento das metas estabelecidas na agenda internacional. Abre-se também a oportunidade para que os gestores municipais assumam protagonismo em relação aos indicadores-chave legitimados, fidedignos e mensuráveis<sup>26</sup>, que possibilitam o acompanhamento dos resultados das ações desenvolvidas, bem como o exame das despesas públicas sob o viés da qualidade do gasto público.

A análise das metas da Agenda 2030 tem como finalidade conferir visibilidade aos resultados alcançados pelo município e, se for o caso, propor recomendações ao gestor municipal para que adote providências com vistas ao alcance das respectivas metas. No exame da presente prestação de contas, o enfoque foi direcionado para os ODS 3, ODS 4, ODS 5, ODS 6, ODS 11 e ODS 16, em especial com relação às metas abaixo especificadas. Assim, com base nas informações constantes dos autos, na análise realizada pelo corpo instrutivo e em informações complementares, que foram levantadas pelo

<sup>25</sup> BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf). Acesso em: 14 set. 2020.

<sup>26</sup> Atente-se para a Plataforma Digital dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável disponibilizada pelo IBGE. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2020.



gabinete da Relatora, o quadro a seguir traz informações sobre o alcance das metas da Agenda 2030 pelo município de Imbuia.

Quadro 05:

Meta	Indicador de referência	Especificação (em números absolutos) Exercício 2020	Situação em consonância com os parâmetros estabelecidos pelos indicadores
<b>3.2</b> Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal (até 28 dias de vida) para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.	Mortalidade de crianças menores de 5 (cinco) anos por mil nascidas vivas.	1 ocorrência	13,0 mortes por mil nascidos vivos
<b>3.4</b> Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.	Mortalidade por suicídio por 100 mil habitantes.	4 ocorrências	64,1 mortes por 100 mil habitantes
<b>3.5</b> Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool	Mortes em decorrência de alcoolismo/drogas por 100 mil habitantes.	0 ocorrência	0,0 mortes por 100 mil habitantes
<b>3.6</b> Até 2030, reduzir pela metade as mortes e lesões por acidentes no trânsito	Número de mortes em decorrência de acidente de trânsito	1 ocorrência	16,0 mortes por 100 mil habitantes <sup>27</sup>
<b>4.2</b> Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância e acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.	Acesso à Educação Infantil (Meta 1 do Plano Nacional de Educação - PNE)	0 a 3 anos	Taxa de atendimento de 29,81%
		4 a 5 anos	Taxa de atendimento 100,00%
<b>5.2</b> Eliminar todas as formas de violência de gênero nas esferas pública e privada, destacando a violência sexual, o tráfico de pessoas e os homicídios, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.	Mortes por Feminicídio por 100 mil habitantes.	0 ocorrência	0,0 mortes por 100 mil habitantes
<b>6.1</b> Até 2030, alcançar o acesso universal	Proporção da população atendida		Percentual não

<sup>27</sup> Em relação ao exercício de 2015 (ano da aprovação da Agenda 2030), verifica-se uma redução no índice, uma vez que passou de 49,9 mortes para 16,0 por 100 mil habitantes em 2020.



e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos.	com serviços de água potável.	informado.
<b>6.2</b> Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário.	43,12% da população atendida. O Município não possui rede de esgotamento sanitário.
<b>11.3</b> Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as Unidades da Federação.	Plano Diretor participativo e atualizado.	Possui Plano Diretor – Sem revisão
<b>11.4</b> Fortalecer as iniciativas para proteger e salvaguardar o patrimônio natural e cultural do Brasil, incluindo seu patrimônio material e imaterial.	Existência de Conselho Municipal setorializado (Urbanismo/ Meio Ambiente, das Cidades, entre outros)	Possui o conselho municipal do meio ambiente.
<b>16.1</b> Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares, inclusive com a redução de um terço das taxas de feminicídio e de homicídios de crianças, adolescentes, jovens, negros, indígenas, mulheres e LGBT	Número de homicídios por 100 mil habitantes	1 ocorrência
	Número de feminicídios por 100 mil habitantes	0 ocorrência
<b>16.6</b> Ampliar a transparência, a <i>accountability</i> e a efetividade das instituições, em todos os níveis	Existência de Ouvidoria no município.	Possui ouvidoria
	Nota do município no Mapa Brasil Transparente.	10 de 10 pontos
<b>16.7</b> Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis	Existência de Conselhos Municipais Ativos em diversas áreas de política pública.	Possui os principais conselhos (Fundeb, Saúde, Assistência social, Merenda Escolar, Idoso, Infância e Adolescência).
<b>16.10</b> Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	Nota do Município no Mapa Brasil Transparente	10 de 10 pontos
	Requisitos mínimos de transparência (LC n. 101/2000 e Decreto Federal n. 7.185/2010)	Cumpriu os requisitos mínimos de transparência. Deve adotar medidas para tornar mais acessíveis as informações

Obs.: Por se tratar de um município de pequeno porte, 1 (um) caso de morte já representa um percentual elevado, dada a metodologia utilizada para avaliação do indicador.

Conquistar os ODS não é tarefa simples e não se dá apenas com o alcance de um ou outro indicador, porém o resultado apurado deve servir de diretriz para a formulação de



políticas públicas por parte dos gestores municipais, com o propósito de cumprir a Agenda Internacional. A aproximação das políticas públicas estabelecidas no PPA às metas dos ODS é essencial, ou seja, deve-se buscar o alinhamento da agenda do governo municipal de programas, objetivos, metas e iniciativas com a implementação de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável da cidade no âmbito social, econômico, ambiental e institucional, com vistas ao alcance dos objetivos e metas da Agenda 2030. Contudo, verifica-se que o Plano Plurianual do município de Imbuia não contempla de modo específico as ações e os indicadores relativos às metas estabelecidas na Agenda 2030.

Nesse sentido, e no intuito de contribuir para criar e ampliar as estratégias municipais de desenvolvimento, de modo a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, **recomenda-se ao município de Imbuia** que atente para as ações necessárias para a implementação da Agenda 2030, em especial, num primeiro momento, que realize o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais estabelecidos na legislação orçamentária (LOA, LDO e PPA) às metas dos ODS.

Além disso, destaca-se que a adoção e a observância dos indicadores já disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como as diretrizes orientativas dispostas no “Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros”, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), contribuem para acelerar a implementação e mensuração do atendimento aos ODS.

#### IV.3.7 Resultados de Gestão: Práticas Destacadas

A divulgação das boas práticas já implementadas, além de estimular novas iniciativas, valoriza os trabalhos realizados e permite que outros gestores adotem tais ações em sua instituição. A solução encontrada por um município pode ser utilizada ou adaptada em outro local, economizando custos e o tempo necessário para o seu desenvolvimento. O compartilhamento de informações é um meio que pode contribuir para a efetividade na implantação de políticas públicas e propiciar uma governança integrada.

A atual gestão de Imbuia não encaminhou exemplos de boas práticas implementadas no exercício de 2020 naquele Município.

#### IV.3.8 Prática de Inovação a partir da Rede de Conhecimento (Lei 14.129/21)

A Lei n. 14.129/21 elenca como uma das diretrizes para a inovação nas organizações públicas a formação de redes de conhecimento, justamente para gerar, compartilhar e disseminar conhecimento e experiências; formular propostas de padrões, políticas, guias e manuais; discutir sobre os desafios enfrentados e as possibilidades de ação quanto ao Governo Digital e à eficiência pública; prospectar novas tecnologias para facilitar a





prestação de serviços públicos disponibilizados em meio digital, o fornecimento de informações e a participação social por meios digitais.

O objetivo dessa rede de conhecimento é, portanto, o de estimular a abertura do canal de comunicação a partir de visões distintas, de modo que a lei incentiva não só a participação de todos os órgãos e as entidades da administração pública direta e indireta, assim como assegura às instituições científicas, tecnológicas e de inovação o acesso às redes de conhecimento e o estabelecimento de canal de comunicação permanente com o órgão federal.

A experiência prática demonstra, como aponta Menezes<sup>28</sup>, que a demanda pelo conhecimento incrementa a necessidade de participação em todas as redes capazes de agregar novos saberes à organização. De acordo com o autor, o resultado positivo se dá pela proatividade no compartilhamento do próprio conhecimento nessas redes, em regime colaborativo intenso que, em se tratando do setor público, tende a proporcionar melhores práticas e serviços à comunidade.

Nesse sentido, a presente proposta de voto traz como prática de inovação, a partir deste intercâmbio de conhecimento em rede, o projeto elaborado pela aluna Betina Machado Ramos, no âmbito da UFSC, orientado pela professora Dra. Tattiana Gonçalves Teixeira, que buscou desenvolver uma nova forma e uma nova perspectiva de visualização dos dados contidos na prestação de contas governamentais (fls. 258/312). Mais interativo, o propósito do projeto é o de conferir maior transparência e legibilidade às informações financeiras e orçamentárias, despertando o interesse maior da população para o exercício da cidadania ativa.

O modelo desenvolvido no trabalho foi aplicado nas contas do município de Imbuia, cujo resultado encontra-se no Anexo IV, assim como é possível a sua visualização a partir do QR Code.



<https://infogram.com/1pz13zeq7vqr2gu2kq51xydg5di1vexjnw2?live>

## V. PROPOSTA DE PARECER PRÉVIO

Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

<sup>28</sup> MENEZES, Rômulo Fisch de Berrêdo. Gestão do Conhecimento no setor público: o aproveitamento da atividade investigativa da polícia federal brasileira. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020.



O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio da Relatora, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que, ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados, bem como se a gestão dos recursos públicos observou os princípios e as normas constitucionais e legais que regem a administração pública municipal.

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, § 1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2020;

V - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VI - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de



Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

VII - Considerando que para a Boa Governança Pública Municipal deve-se buscar a coordenação da ação governamental, a coerência das políticas públicas e o estímulo a uma abordagem integrada de governo atentando para a implementação dos ODS da Agenda 2030;

VIII – Considerando a importância da inserção do exame das políticas públicas, ou seja, dos programas governamentais, quando da análise das contas municipais para fins de emissão do parecer prévio (Resolução Atricon n. 01/2021);

IX – Considerando que o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas é responsabilidade de todos;

X – Considerando os fundamentos estabelecidos no Modelo de Excelência em Gestão das Transferências (MEG-Tr), que orientam a adoção de práticas de gestão para a obtenção de resultados de excelência de desempenho e qualidade em gestão e estabelece condições para o aprimoramento das práticas e dos processos de transferências voluntárias para assegurar uniformidade e geração de valor público, a partir do melhor aproveitamento de recursos federais descentralizados pela União;

XI - Considerando o Relatório Técnico n. 184/2021 (fls. 167/242) da Diretoria de Contas de Governo;

XII - Considerando a manifestação do Ministério Público de Contas (MPC), mediante o Parecer MPC/DRR/1779/2021;

XIII – Considerando a responsabilidade política-democrática e a responsabilidade pela boa gestão fiscal e pela geração de valor público, demonstradas a seguir:

CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO					
Prefeito Municipal	Habitantes	Expectativa de vida	PIB per capita (R\$)	IDH-M	IDMS
Amilton Machado	6.241	75,38	29.003,55	0,713	0,528
RESPONSABILIDADE POLÍTICO-DEMOCRÁTICA					
Plano de Governo	Planejamento - Execução				



Compromissos assumidos pelo candidato durante o pleito eleitoral - Lei 9.504/97 (federal) (Anexo I).	O PPA não contempla de forma específica as propostas apresentadas no Plano de Governo para as áreas verificadas (saúde e saneamento).	Nos 3 (três) anos de vigência do PPA 2018 - 2021, do total previsto, 81,33% foram executados.	Na área da saúde, o percentual executado até 2020 em relação ao previsto no PPA foi de 95,84%; e em Saneamento, 100,0%.	
MEG-Tr Instrução Normativa 05/2019 do Ministério da Economia				
Transferências Voluntárias Recebidas (2017/2020): R\$ 2.819.345,98				
Medidas de adequação ao MEG-Tr: Ainda não foram iniciadas - Prazo final setembro/2022				
RESPONSABILIDADE PELA BOA GESTÃO FISCAL				
Resultados Orçamentários e Financeiros				
Receita	Despesa	Resultado		Final de Mandato (art. 42 da LRF)
		Orçamentário	Financeiro	
25.093.660,84	22.875.948,64	2.217.712,20	5.115.693,34	Cumpriu
Limites Legais e Constitucionais				
Saúde	Educação	Fundeb (60%)	Fundeb (95%)	Gastos com Pessoal
19,59%	26,92%	69,37%	83,40%	50,10%
RESPONSABILIDADE PELA GERAÇÃO DE VALOR PÚBLICO				
AVALIAÇÃO INTEGRADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS				
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030				
	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades			
Metas avaliadas	Indicador utilizado		Resultado verificado	
Meta 3.2	Taxa de mortalidade de crianças menores que 5 (cinco) anos		13,0 mortes por mil nascidos vivos	
Meta 3.4	Taxa de Mortalidade por Suicídio		64,1 mortes por 100 mil habitantes	
Meta 3.5	Taxa de Mortalidade por abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool		0,0 mortes por 100 mil habitantes	
Meta 3.6	Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito		16,0 mortes por 100 mil habitantes	
	Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Meta avaliada	Indicador utilizado		Resultado verificado	
Meta 4.2	Taxa de Atendimento em Creches		29,81% (crianças de 0 a 3 anos)	
	Taxa de Atendimento na Pré-escola		100,00% (crianças de 4 a 5 anos)	
	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas			
Meta avaliada	Indicador utilizado		Resultado verificado	
Meta 5.2	Taxa de Mortalidade por Feminicídio		0,0 ocorrências mortes por 100 mil habitantes	





	<b>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos</b>	
Metas avaliadas	Indicador utilizado	Resultado verificado
Meta 6.1	Proporção da população atendida com serviços de água potável.	43,12%
Meta 6.2	Percentual da população atendida com esgotamento sanitário.	0,00% da população atendida. Município não possui sistema de esgotamento sanitário.
	<b>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis</b>	
Meta avaliada	Indicador utilizado	Resultado verificado
Meta 11.3	Plano Diretor Participativo	Possui plano diretor – pendente de revisão.
	Existência de Conselho Municipal setorizado (Ex.: Urbanismo, Meio Ambiente, das Cidades, entre outros)	Possui Conselho Municipal do Meio Ambiente
Meta 11.4	Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Público	Não possui conselho com esta finalidade
	<b>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis</b>	
Metas avaliadas	Indicador utilizado	Resultado verificado
Meta 16.1	Taxa de Homicídios	16,0 casos por 100 mil habitantes
	Taxa de Feminicídios	0,0 mortes por 100 mil habitantes
Meta 16.6	Ouvidoria Municipal	Possui ouvidoria
	Nota do Município no Mapa Brasil Transparente	10 de 10 pontos
Meta 16.7	Conselhos Municipais Ativos	Possui os principais conselhos (Fundeb, Saúde, Assistência social, Merenda Escolar, Idoso, Infância e Adolescência).
Meta 16.10	Nota do Município- Transparência Brasil	Nota 10 de 10
	Requisitos mínimos de transparência (LC n. 101/2000 e Decreto Federal n. 7.185/2010)	Cumpriu os requisitos mínimos de transparência das informações no portal do Município. Deve adotar medidas para tornar mais acessíveis as informações
<b>Práticas Destacadas</b>		
• Não foram encaminhadas		

**5.1. EMITE PARECER** recomendando à Egrégia Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas anuais do exercício de 2020, do Prefeito do Município de Imbuia, Sr. Amilton Machado.

**5.2 RECOMENDAR** ao Governo Municipal de Imbuia que:

**5.2.1** atente para a adoção de medidas no sentido de atender de forma antecipada a IN 05/2019 do Ministério da Economia, que dispõe sobre as práticas de governança e gestão

Processo: @PCP 21/00129001 - COE/SNI – 1044/2021

45  
4507908



dos processos dos órgãos e das entidades que atuam nas transferências voluntárias de recursos da União (item IV.1.2 desta proposta de parecer prévio);

**5.2.2** efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal da Transparência as informações constantes no item IV.1.3 desta proposta de parecer prévio;

**5.2.3** fortaleça os conselhos municipais para incentivar a participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas e na construção de uma sociedade que seja mais inclusiva, participativa e sustentável (item IV.1.4 desta proposta de parecer prévio);

**5.2.4** observe o atendimento das metas estabelecidas para o município de Imbuia por meio do Plano Nacional de Saúde (item IV.3.2 desta proposta de parecer prévio);

**5.2.5** adote as providências necessárias para proceder a revisão do Plano Diretor Municipal, objetivando atender as determinações do art.40, § 3º, da Lei Federal n. 10.257/01 (item IV.2.8 desta proposta de parecer prévio);

**5.2.6** adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creche, observado o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte final da Meta 1 da Lei (federal) n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) – (item 8.2.2 do Relatório 184/2021 e IV.3.3 desta proposta de voto);

**5.2.7** atente-se ao prazo até 31 de março de 2022 para incluir, no contrato de programa de prestação dos serviços públicos de saneamento básico em vigor, metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, nos termos do art. 11-B da Lei n. 11.485/07, com redação dada pela Lei n. 14.026/20, e do Decreto (federal) n. 10.710/21 (item IV.3.4 desta proposta de parecer prévio);

**5.2.8** atente para a necessidade de contribuir no processo de implementação da Agenda 2030, adotando medidas efetivas para o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais contidos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) às metas dos ODS, observando os indicadores já disponibilizados pelo Instituto de Pesquisas de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), bem como as diretrizes orientativas dispostas no “Guia para localização dos objetivos de desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros”, elaborado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). (item IV.3.6 desta proposta de parecer prévio).



**5.3 RECOMENDAR** ao Governo Municipal de Imbuia que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF.

**5.4 RECOMENDAR** à Egrégia Câmara Municipal que utilize as informações constantes nestes autos como instrumento para subsidiar as discussões do orçamento e do desempenho geral do Governo e dos programas governamentais, assim como para adotar, tempestivamente, as medidas legais e as providências na sua esfera de competência, em especial no que se refere à implementação das políticas públicas.

**5.5 SOLICITAR** à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

**5.6 DAR CIÊNCIA** do Parecer Prévio, bem como do Relatório e Voto da Relatora e do Relatório n. 184/2021 que o fundamentam ao Responsável e à Câmara Municipal de Imbuia.

**5.7 DAR CIÊNCIA** do Parecer, do Relatório e da proposta de voto da Relatora, bem como do Relatório Técnico n. 184/2021 ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 11 estabelecida na Portaria n. TC-968/2019 e Resolução Atricon n. 003/2015, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2 do Relatório n. 184/2021.

Florianópolis, 27 de outubro de 2021.

Sabrina Nunes Iocken  
Relatora



## ANEXO I PLANO DE GOVERNO

### A PRIORIDADE É VOCÊ IMBUIENSE PMDB+PP+PT+PSD

Ao nos apresentarmos a você, cidadã e cidadão imbuense, estamos entregando o nosso Plano de Governo, elaborado com a participação de vários segmentos da sociedade, bem como, escutando o clamor das ruas e ouvindo as pessoas. Entendemos que administrar um município é sem dúvida um compromisso muito sério, envolve o interesse de todos, porque mais cedo ou mais tarde, os reflexos das ações desenvolvidas por uma administração pública poderão ser sentidos, tanto para o bem, quanto para o mal, e você, com o seu voto vai escolher, quem vai ser o próximo Prefeito e Vice, portanto, quem vai governar sua cidade pelos próximos quatro anos.

Sabemos que a sociedade é exigente e cobra dos gestores públicos honestidade, responsabilidade, competência e determinação. Temos consciência do momento difícil que atravessa o país e que nos afeta diretamente, e nos colocamos a sua disposição para governar Imbuia, porque sentimos que estamos preparados para administrar nosso município, conhecemos os caminhos e temos parceiros que vão contribuir para superarmos a dificuldades e continuar avançando.

Por isso, pedimos o seu voto para Prefeito e Vice-Prefeito, pedimos igualmente o seu voto para nossos candidatos a Vereadores, cientes de que, “A prioridade é você Imbuense”.

#### AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

- Retomar os serviços de alargamento de estradas do interior e de acesso às residências e galpões dos agricultores e mantê-las em constante manutenção, assegurando que todos tenham o material primário (pedra britada ou cascalho), bem como, para aqueles que desejarem pedra britada de melhor qualidade, criar o programa de subsídio do frete;
- Implementar as ações de análise para uma melhor correção da acidez e fertilidade do solo, dando continuidade ao transporte subsidiado para o calcário, bem como, outras matérias primas necessárias para o desenvolvimento agrícola;
- Promover reuniões nas comunidades rurais, com o objetivo de ouvir os agricultores e seus anseios;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR, apoiar as Associações Agrícolas Comunitárias e outras entidades devidamente organizadas;
- Adquirir novas máquinas e implementos agrícolas, buscando sempre sua ampliação e renovação;
- Promover a capacitação dos agricultores e também dos nossos técnicos, objetivando mais produtividade, melhor qualidade, planejar melhor a propriedade, buscando sempre a diversificação de produtos e agregar valor à produção in natura;
- Priorizar sempre a compra de produtos da agricultura familiar para o fornecimento da merenda escolar.





- Apoiar os agricultores que desejam ter redes elétricas trifásicas necessárias para o desenvolvimento de suas atividades, apoiando-os em suas solicitações junto a CELESC e outros órgãos.
- Apoiar, com mais ênfase a pecuária de corte e leite, incentivando e aprimorando técnicas de melhoria de pastagens, da genética do gado, dando mais apoio, principalmente na questão relacionada à inseminação, contratando um inseminador.
- Realizar a festa do Agricultor, juntamente com as entidades como Sindicatos, associações de agricultores, associações do comércio, rádio comunitária, e outras;
- Desenvolver ações para preservar nossos recursos naturais, com programas de apoio aos agricultores e a todos os cidadãos que queiram ajudar o meio ambiente;
- Parcerias com as comunidades para a limpeza de rios localizados no município, para combater o borrachudo, evitar alagamentos e melhorar a qualidade da água;
- Buscar recursos e investir em ações de saneamento rural e urbano.

### SAÚDE

- Incentivar e realizar programas de saúde bucal e outros, para crianças e adolescentes nas escolas, fornecendo materiais que objetivam ações preventivas;
- Acompanhar melhor os Programas de Vigilância Sanitária e Epidemiológica através de ações no saneamento básico e prevenção de doenças infectocontagiosas.
- Promover palestras, cursos e orientações para grupo de gestantes, tabagismos, manuseio de agrotóxico e outras áreas de interesse comum, que objetivam uma melhor qualidade de vida;
- Ativar mais um consultório odontológico, com dois profissionais por período, objetivando dar mais assistência às pessoas mais carentes que necessitam destes serviços;
- Melhorar, cada vez mais, o atendimento aos pacientes, fazer com que seja o mais humanizado possível. Cobrar atenção extremamente dedicada por parte do Secretário de Saúde, dos médicos, dos técnicos e motoristas, ciente de que a pessoa que procura os serviços de saúde é porque esta debilitada e um bom atendimento, certamente fará a diferença;
- Valorizar e capacitar os Agentes Comunitários de Saúde, Técnicos de Enfermagem e outros ligados a área de saúde;
- Manter sempre em estoque os remédios necessários para farmácia básica, ter muita responsabilidade e extremo cuidado para não faltar os remédios de uso contínuo;
- Apoiar para que os exames preventivos e para detectar enfermidade sejam viabilizados com maior rapidez, incentivando para que laboratórios possam se instalar no município;
- Manter o que está bom no setor de saúde e melhorar o que precisa ser melhorado, ouvindo as sugestões e apurando todas as reclamações das pessoas que se sentiram mal atendidas ao utilizar os serviços de saúde, oferecidos pelo município.
- Viabilizar a contratação de fonoaudiólogo, sendo necessária a revisão no quadro de salário, objetivando despertar o interesse de profissional da área;
- Reformar, renovar, manter e ampliar a frota de veículos da saúde, objetivando segurança e conforto para os que necessitam de transporte, bem como, promover um atendimento móvel nas comunidades do interior.

### EDUCAÇÃO E CULTURA

- Cumprir as metas do plano municipal de educação, com ênfase na capacitação dos professores, revisão do plano de carreira, pagamento hora atividade e outros direitos;

Processo: @PCP 21/00129001 - COE/SNI – 1044/2021

49

4507908



- Viabilizar a construção de uma nova creche para atender a demanda existente no município;
- Desenvolver estudos para utilizar e adaptar as estruturas escolares do interior que estão desativadas, para o funcionamento de creches na área rural.
- Viabilizar a construção de um ginásio de esportes para a Escola Municipal Professora Umbelina Lorenzi;
- Manter, renovar e ampliar a frota escolar, construir mais abrigos para os alunos e desenvolver estudos para melhorar cada vez mais a qualidade, eficiência e segurança do transporte escolar;
- Manter e aperfeiçoar cada vez mais o programa complementar Professor José Schlickmann com ênfase para a dança infantil, mais diversificações e oficinas;
- Manter e aprimorar o transporte universitário;
- Assegurar o funcionamento da creche em período de recesso (férias), a fim de possibilitar que as mães possam trabalhar;
- Apoiar a realização de cursos técnicos, buscando preparar o jovem para o mercado de trabalho, para todas as áreas de interesse econômico do município;
- Promover, criar e apoiar eventos culturais, tais como: Gincana Esportiva, Gincana Cultural, fanfarra municipal, grupos folclóricos e corais;
- Viabilizar a criação de um museu histórico, a ser instalado ao lado da Câmara Municipal de vereadores;
- Recriar a biblioteca pública municipal, com a contratação de profissional habilitado para administrá-la;

#### OBRAS

- Manter, renovar e ampliar a frota de equipamentos a disposição da Secretaria de Obras, incluindo rolo compressor, pá-carregadeira, equipamento para varrer as ruas (bob cat), triturador de arbustos, transformando-os em adubo orgânico e outras máquinas e implementos;
- Viabilizar a instalação de câmeras de segurança nos principais pontos da cidade;
- Continuar os trabalhos de substituição das pontes de madeira por pontes de concreto;
- Continuar os serviços de pavimentação e/ou calçamento das ruas e passeios do perímetro urbano e também nas sedes das comunidades;
- Ampliar a iluminação pública, principalmente nos pontos inexistentes e nos locais de caminhadas;
- Viabilizar a dragagem dos rios, obtendo a competente licença ambiental, visando à prevenção de cheias;
- Dar continuidade na construção do cemitério municipal e viabilizar a sua efetiva implantação;
- Buscar a devida ampliação do abastecimento de água e com mais qualidade;

#### ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

- Construir, ampliar e reformar casas populares no interior e na cidade;
- Realizar parcerias para a regularização de lotes;
- Viabilizar a construção da sede própria do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS;



- Incentivar e apoiar ofertas de palestras, atividades de lazer, oficinas e cursos de pintura, maquiagem, bordado, doces, culinária, informática, decoração natalina e outras;
- Apoiar com ênfase o Grupo da Terceira Idade, com melhoria da assistência à saúde, tentar viabilizar uma academia de ginástica, treinar os idosos para as olimpíadas bem como, apoiar os clubes de mães, associação de mulheres e fortalecer os grupos de jovens;
- Oferecer um atendimento igualitário a todas as famílias de baixa renda do Município, com atenção diferenciada;
- Dar apoio e incentivo a APAE.

## GERAÇÃO DE EMPREGOS, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Fortalecer e/ou firmar novas parcerias com o SEBRAE, SENAC, SENAI, SENAR, ADR, Universidades e outros órgãos que promovam capacitações, objetivando oferta de mão de obra qualificada e aumento de renda das empresas comerciais, industriais e agroindustriais estabelecidas ou a estabelecer;
- Apoiar e ser parceiro da Associação Comercial e Industrial nas suas ações, reivindicações, eventos e promoções, objetivando dar apoio às empresas devidamente instaladas no município;
- Insistir na possibilidade de criação de um Parque Industrial, haja vista que na última audiência pública do orçamento regionalizado impositivo da ALESC, foi aprovado item que visa destinar recursos do orçamento de 2017, para viabilizar a instalação de distritos industriais;
- Revisar e regulamentar a lei de incentivos fiscais, econômicos e de infraestrutura para novas empresas que queiram se instalar no município.

## ESPORTE, LAZER E TURISMO

- Realizar competições esportivas nas mais variadas modalidades (gincana);
- Incentivar e diversificar práticas esportivas (atletismo, dança, voleibol, handebol, futebol, bocha, xadrez e outras), estimulando o surgimento e conhecimento de novos talentos;
- Disponibilizar um educador físico para orientar a prática de exercícios nas academias ao ar livre e em grupos organizados;
- Definir com antecedência o calendário esportivo anual, até a primeira quinzena de dezembro do ano anterior, com a participação dos desportistas interessado;
- Desenvolver projeto para viabilizar uma pista de atletismo e caminhada no Parque de Exposições e Eventos, visando otimizar aquele espaço;
- Fortalecer as escolinhas para prática esportiva, estendendo o programa para o interior do município;
- Concluir no primeiro ano o Ginásio de Alto Rio Engano e apoiar a reforma e manutenção de outras unidades esportivas existentes;
- Viabilizar a participação de atletas em competições municipais, regionais e estaduais;
- Realizar a COPA FEMIVE e outros campeonatos, com premiações atrativas, estimulando a participação ampla da sociedade;
- Apoiar CTGs, gaiola, moto-trilha, motovelocidade e outras, melhorando a infraestrutura do Parque, escutando as reivindicações dos interessados;
- Incentivar a criação de um restaurante no quiosque do parque, inclusive com cardápios de comidas típicas a base de milho verde;
- Retomar a realização da FEMIVE no mínimo a cada dois anos;



- Criar o conselho municipal de turismo, estimular ações integralizadas, divulgar e promover os potenciais turísticos junto ao Projeto Caminhos do Alto Vale.

### PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- Elaborar o maior número de projetos possíveis para captação de recursos a nível estadual e federal, destinados a realização de obras, aquisições, e melhorar a prestação de serviço;
- Pagar em dia o funcionalismo, bem como, os compromissos assumidos com os fornecedores;
- Ouvir e procurar atender as reivindicações do funcionalismo, visando sua motivação e melhor produtividade.
- Governar em conjunto com as associações, tomando sugestões dos secretários, funcionários e das pessoas em geral.

Através deste plano, que também é um documento que nos compromete a serem parceiros de toda a comunidade e juntamente com a Câmara de Vereadores, Governo do Estado e Governo Federal, haveremos de conseguir os recursos necessários para as respectivas realizações, bem como, as elencadas pela população nos planos plurianuais - PPA, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e, conseqüentemente, nas Leis Orçamentária - LO.

Esperamos contar com você, pois estamos motivados para o trabalho, temos experiência comprovada, nos sentimos preparados para o que nos espera e queremos fazer uma administração transparente, honesta, competente e repleta de sucesso em benefício de todos.

E para isso, pedimos o seu apoio e o seu VOTO, vote pensando no melhor para Imbuia.

## ANEXO II

### ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

#### CHECKLIST PARA ANÁLISE EX ANTE

#### 1. Diagnóstico do problema ou da situação que demanda providências

- 1.1 Qual problema ou necessidade a proposta visa solucionar?
- 1.2 Quais as causas que acarretam o problema?
- 1.3 Quais são as evidências da existência do problema na realidade brasileira?
- 1.4 Apresentar, se cabível, a comparação internacional do problema.
- 1.5 Quais as razões para que o governo federal intervenha no problema?
- 1.6 Apresentar breve levantamento de políticas anteriormente adotadas para combater o mesmo problema e as razões pelas quais foram descontinuadas, quando cabível.





## 2. Identificação dos objetivos, das ações e dos resultados esperados

- 2.1 Qual o objetivo da proposta?
- 2.2 Quais são os resultados e os impactos esperados para a sociedade?
- 2.3 Quais são as ações a serem implantadas?
- 2.4 Quais são as metas de entrega dos produtos?
- 2.5 Apresentar a relação existente entre a(s) causa(s) do problema, as ações propostas e os resultados esperados.
- 2.6 Apresentar a existência de políticas públicas semelhantes já implantadas no Brasil ou em outros países, reconhecidas como casos de sucesso.

## 3. Desenho, estratégia de implementação e focalização

- 3.1 Quais são os agentes públicos e privados envolvidos e como atuarão na proposta?
- 3.2 Apresentar possíveis articulações com outras políticas em curso no Brasil.
- 3.3 Apresentar possíveis impactos ambientais decorrentes da execução da proposta.
- 3.4 Apresentar estimativa do período de vigência da proposta.
- 3.5 Qual o público-alvo que se quer atingir?
- 3.6 Apresentar características e estimativas da população elegível à política pública.
- 3.7 Apresentar critérios de priorização da população elegível, definidos em função da limitação orçamentária e financeira.
- 3.8 Descrever como será o processo de seleção dos beneficiários.

## 4. Impacto orçamentário e financeiro

- 4.1 Apresentar análise dos custos da proposta para os entes públicos e os particulares afetados.
- 4.2 Se a proposta de criação, expansão e aperfeiçoamento da ação governamental implicar aumento de despesas ou renúncia de receitas e de benefícios de natureza financeira e creditícia, apresentar:
  - 1) estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
  - 2) se as medidas foram consideradas nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias;
  - 3) se as medidas de compensação, no período mencionado, foram consideradas na proposta, ocasionando a renúncia de receitas e benefícios de natureza financeira e creditícia; e
  - 4) demonstração da origem dos recursos para seu custeio quando se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado.



4.3 Apresentar declaração de que a medida tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

4.4 Quais são os potenciais riscos fiscais da proposta?

## 5. Estratégia de construção de confiança e suporte

5.1 O conjunto de cidadãos e cidadãs apoia a política proposta por confiar que ela é relevante e que as instituições responsáveis irão levá-la a cabo?

5.2 Quais são as razões ou as evidências de que há envolvimento dos interessados, que levem os agentes internos e externos à política a apoiarem a sua execução e a estarem alinhados?

5.3 Como os envolvidos participam ou se manifestam na elaboração da proposta?

5.4 A política proposta é uma prioridade das lideranças políticas? Já foram identificadas as lideranças que podem endossá-la?

5.5 Quais seriam as possíveis oposições ativas para a execução dessa política?

## 6. Monitoramento, avaliação e controle

6.1 A política pública poderia ser implementada a partir de projeto-piloto?

6.2 Como será realizado o monitoramento e quais serão os indicadores desse monitoramento ao longo da execução da política?

6.3 Posteriormente, como será realizada a avaliação dos resultados da política?

6.4 Como se dará a transparência e a publicação das informações e dos dados da política?

6.5 Quais serão os mecanismos de controle a serem adotados?

## ANEXO III

### MORTES EVITÁVEIS

Número de óbitos ocorridos em Imbuia no período de 2015 a 2020, por tipo de *doença/causa mortis*:

Período:2015-2020							
Causa Evitabilidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Doenças infecto intestestinais	0	0	1	1	0	0	2
Septicemia	1	1	1	1	0	1	5
Aids	0	0	0	0	1	0	1
CA esôfago	0	2	0	1	2	0	5
CA estomago	1	1	1	1	0	0	4



CA colón	1	0	0	0	0	0	1
CA fígado	0	0	0	0	1	0	1
CA pâncreas	0	0	0	2	0	2	4
CA laringe	0	1	0	0	0	0	1
CA pulmão	1	3	2	2	2	2	12
CA mama	1	0	0	0	1	1	3
CA colo de útero	0	0	0	0	1	0	1
CA útero porção n/especificada	0	0	1	0	0	0	1
CA próstata	0	0	0	0	0	1	1
Anemias	0	0	0	1	0	0	1
Diabetes mellitus	2	1	1	2	1	0	7
Alcoolismo	0	0	1	0	1	0	2
Meningites	0	1	0	0	0	0	1
D. hipertensivas	0	1	1	0	2	1	5
Infarto agudo do miocárdio	8	7	2	5	3	4	29
Outras doenças isquêmicas do coração	0	1	1	1	0	0	3
Doenças circulação pulmonar	0	0	0	0	1	0	1
Miocardopatias	0	1	0	0	0	0	1
Insuficiência cardíaca	2	0	1	3	2	1	9
D. cerebrovasculares	1	1	4	0	1	2	9
Aneurisma e dissecação aorta	0	0	1	0	0	0	1
Pneumonias	6	2	2	4	5	2	21
Bronquite, enfisema, asma	2	1	1	1	2	5	12
Outras doenças pulmão	0	0	0	0	2	2	4
Úlcera estômago e duodeno	0	0	1	0	0	0	1
Doenças do apêndice	1	0	0	0	0	0	1
Cirrose e doenças crônicas fígado	1	1	1	0	1	1	5
Insuficiência renal	0	1	0	0	0	0	1
Prematuridade	0	0	0	0	0	1	1
Anomalias congênitas coração e circulação	0	0	1	1	2	0	4
Demais anomalias congênitas	0	0	1	0	0	0	1
Mal definidas	0	0	0	0	0	5	5
Acidentes de trânsito transporte	3	2	1	0	2	1	9
Quedas	0	1	1	2	0	1	5
Outros acidentes	0	0	0	0	0	2	2
Suicídios	1	1	0	1	1	4	8
Homicídios	1	1	1	0	1	1	5
Lesões intencionais indeterminada	1	1	0	0	2	0	4
Demais causas de morte	11	8	10	12	7	15	63
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>40</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>44</b>	<b>55</b>	<b>263</b>

Fonte: Dados da Secretaria de Estado da Saúde de SC, disponíveis em: <http://tabnet.dive.sc.gov.br/>. Acesso em: 27 out. 2021.

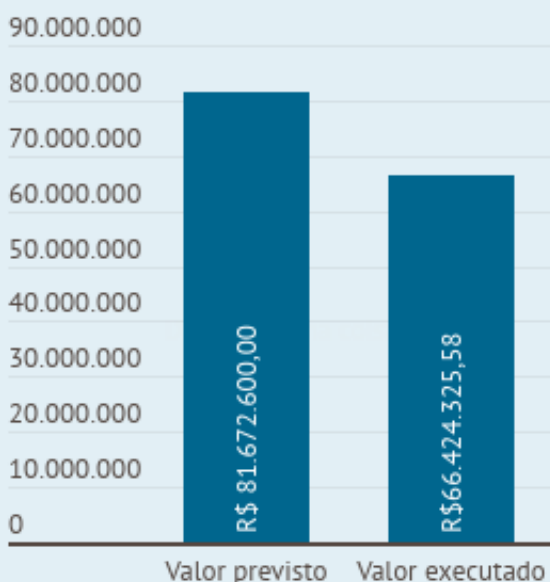


## ANEXO IV

### PRÁTICA DE INOVAÇÃO A PARTIR DA REDE DE CONHECIMENTO (LEI 14.129/21)

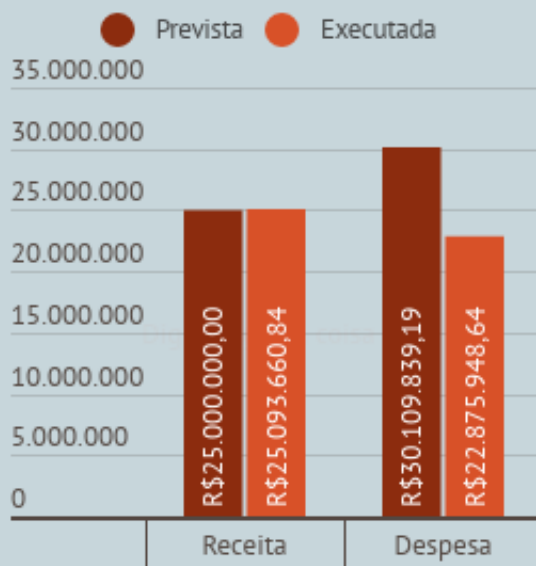
O que os números falam sobre o planejamento  
e a execução do orçamento de *Imbuia*?

#### Plano Plurianual (PPA) vigência 2018-2021



Entre 2018 e 2020, foram executados **81,33%** do PPA

#### Lei Orçamentária Anual (LOA) vigência 2020



**Resultado Orçamentário**  
**Superávit de R\$ 2.217.712,20**  
(Receita arrecadada maior que a despesa executada)

### Equilíbrio das contas

**Cumpriu** a Lei de Contabilidade Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal ao:



Obter superávit financeiro e orçamentário



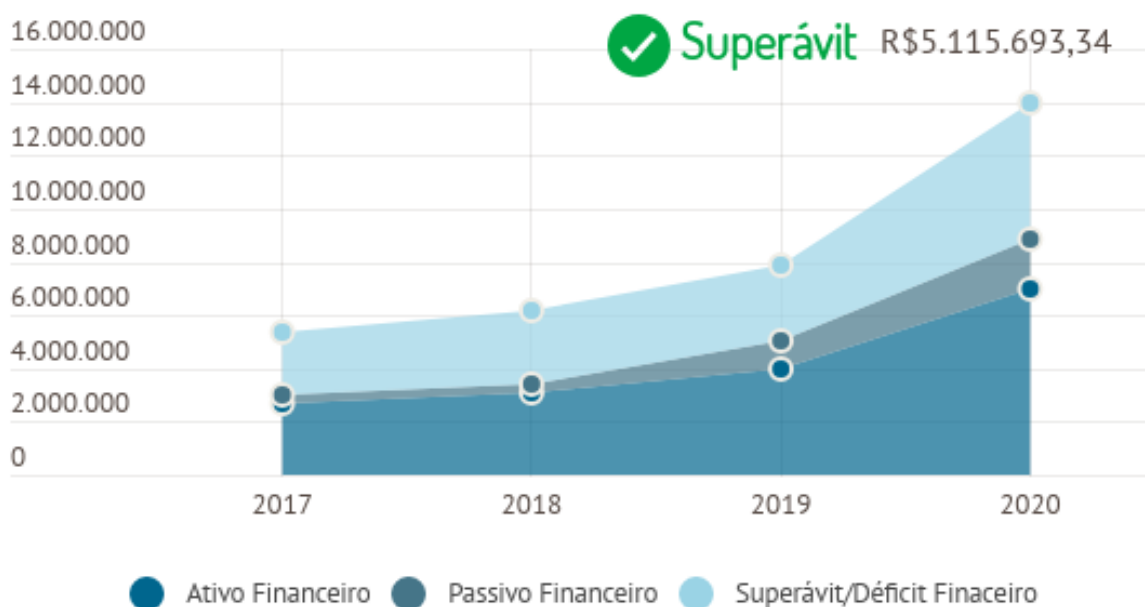
Não contrair obrigações de despesas sem a correspondente disponibilidade de caixa





## O que os números falam sobre a gestão financeira e patrimonial de Imbuia?

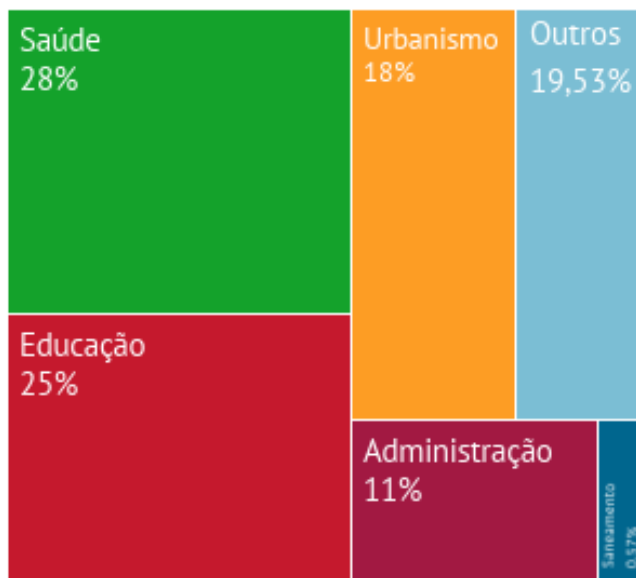
### Resultado Financeiro



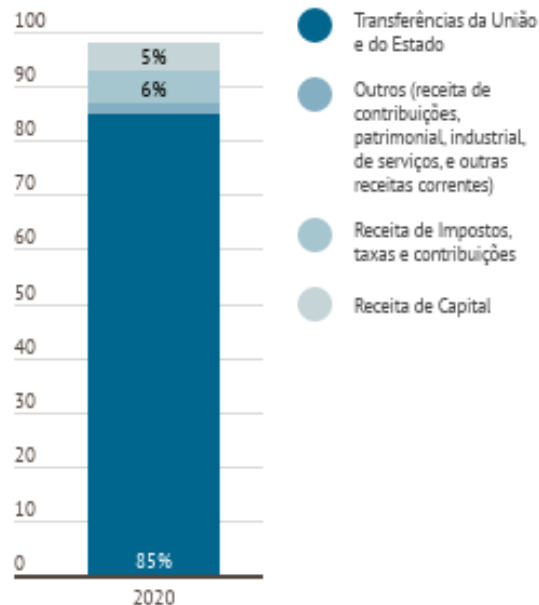
O ativo financeiro (dinheiro disponível/em caixa e valores a receber já autorizados)

é 3,74 vezes maior que o valor do passivo financeiro (compromissos a pagar).

### Quanto o município gastou por área?



### De onde vem a receita?

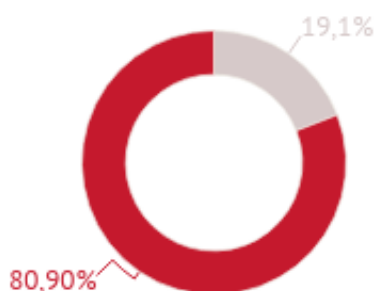




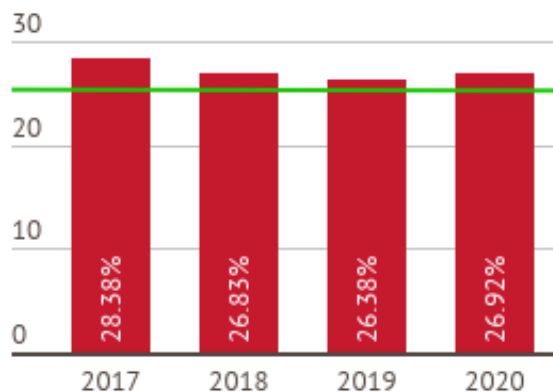
## O que os números falam sobre a educação em Imbuia?

### Execução do valor destinado no orçamento para a educação

- valor não executado (R\$1.354.081,22)
- valor executado (R\$5.733.792,20)



### Cumpriu o limite mínimo de 25% de gastos com educação sobre a receita de impostos



### Monitoramento da meta 1 do Plano Nacional de Educação

Crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche



29,81% Não atendeu a meta mínima de 50%

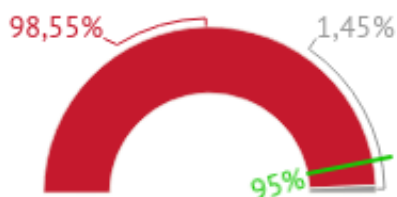
Crianças de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola



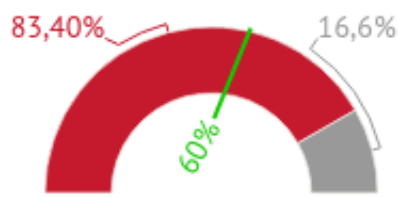
100% Atendeu a meta de 100%

### FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação

Total das Transferências R\$3.342.600,74



Cumpriu o limite mínimo de 95% de aplicação do valor total recebido



Cumpriu o limite mínimo de 60% de valores aplicados com o salário dos profissionais da educação



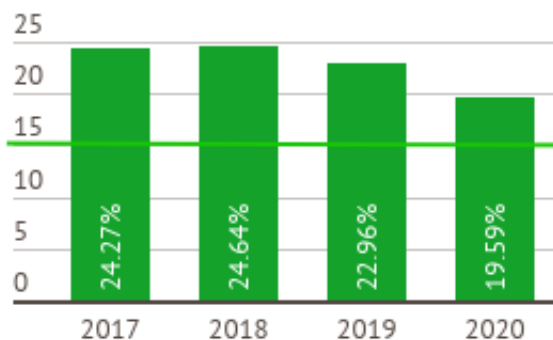
## O que os números falam sobre a saúde em Imbuia?

### Execução do valor destinado no orçamento para a saúde

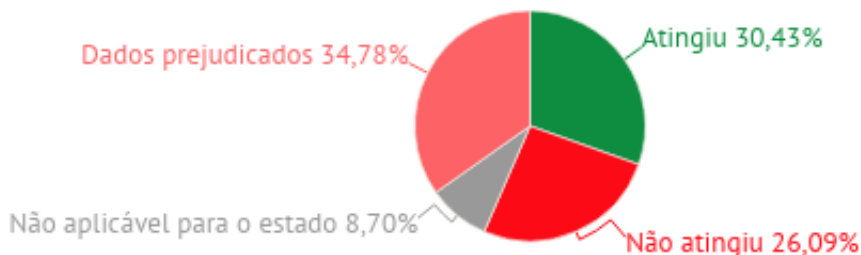
- valor não executado (R\$2.142.081,46)
- valor executado (R\$6.613.433,99)



### Cumpriu o limite mínimo de 15% de gastos com saúde sobre a receita de impostos

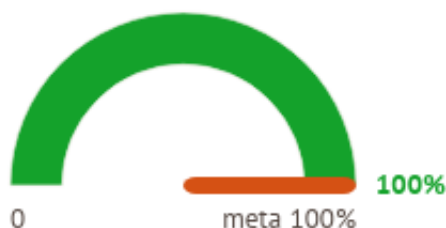


### % de Execução das 23 metas municipais do Plano Nacional de Saúde (vigência 2018-2020)



### Meta: Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica em 100%

Atingiu a meta em 2020



### Meta: Exames de mamografia realizados no mínimo em 84% das mulheres de 50 a 69 anos

Não atingiu a meta em 2020

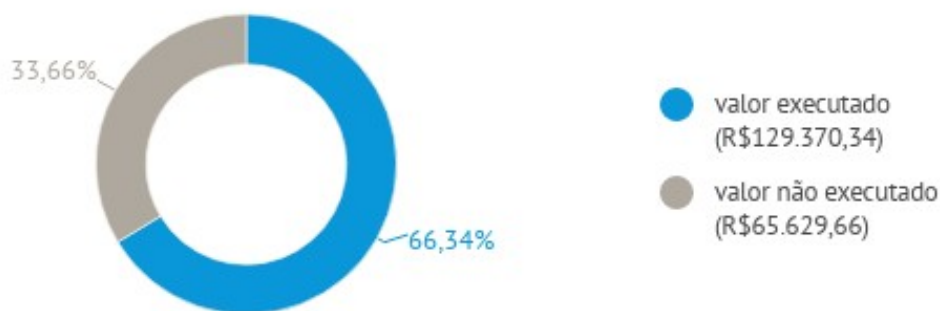


(Foram destacadas duas metas do Plano Nacional de Saúde. As demais metas podem ser encontradas no processo @PCP 21/00138850)



## O que os números falam sobre o saneamento em Imbuia?

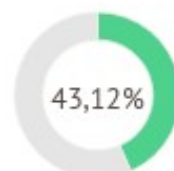
### Execução do valor destinado no orçamento para o saneamento



### Atendimento das quatro dimensões do saneamento

#### População com acesso à água

Abaixo da média estadual de 89,97%



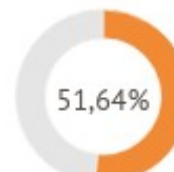
#### População com acesso a esgoto

Município não possui sistema de esgotamento sanitário



#### População com acesso à coleta de lixo

Abaixo da média estadual de 70,17%



#### População atendida com drenagem de água pluviais

Acima da média estadual de 92,79%







## O que os números falam sobre as metas dos ODS em Imbuia?

### Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU

Principais desafios econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados pela sociedade. São divididos em 17 objetivos e 169 metas que devem direcionar a criação de políticas públicas. As ODS escolhidas para a análise de alinhamento com políticas públicas foram:



### Acompanhamento das metas a serem alcançadas até 2030





## O que os números falam sobre as metas dos ODS em Imbuia?

### Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU

Principais desafios econômicos, sociais e ambientais à serem enfrentadas pela sociedade. São divididos em 17 objetivos e 169 metas que devem direcionar a criação de políticas públicas. As ODS escolhidas para a análise de alinhamento com políticas públicas foram:



### Acompanhamento das metas analisadas

Meta	Descrição da Meta	Indicador avaliado	Especificação (em números absolutos) em 2020	Situação em consonância com os parâmetros estabelecidos pelos indicadores
3.2	Até 2030, enfrentar as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, objetivando reduzir a mortalidade neonatal (até 28 dias de vida) para no máximo 5 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para no máximo 8 por mil nascidos vivos.	Mortalidade Infantil (crianças menores de 5 anos por mil nascidas vivas).	1 ocorrência	13,0 mortes por mil nascidos vivos
3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e o bem-estar, a saúde do trabalhador e da trabalhadora, e prevenir o suicídio, alterando significativamente a tendência de aumento.	Mortalidade por suicídio por 100 mil habitantes.	4 ocorrências	64,1 mortes por 100 mil habitantes
	Reforçar a prevenção e o tratamento dos problemas decorrentes do uso de	Mortes em decorrência de		0,0 mortes por



## Qual o reflexo dos números de *Imbuia* na apreciação das contas?

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

@PCP 21/00129001 Prestação de Contas exercício de 2020

Proposta de voto Relatora Conselheira Substituta Sabrina Nunes Iocken

Cumprimento dos limites necessários para a aprovação



Proposta de voto pela **aprovação**

### Recomendações ao governo de Imbuia

- Efetuar as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, bem como observe no Portal da Transparência as informações constantes desta proposta de parecer prévio;
- Atentar para a necessidade de contribuir no processo de implementação da Agenda 2030, adotando medidas efetivas para o mapeamento e a vinculação dos programas governamentais contidos nos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) às metas dos ODS;
- Atentar para a adoção de medidas no sentido de atender de forma antecipada a IN 05/2019 do Ministério da Economia;
- Garantir a parte inicial da Meta 1 da Lei (federal) n. 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE); e o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creches;
- Fortalecer os conselhos municipais já existentes e institua outros no âmbito do município;
- Observar o atendimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde;
- Adotar as providências necessárias para proceder a revisão do Plano Diretor Municipal, objetivando atender as determinações;
- Atentar para as metas de universalização dos serviços públicos de saneamento básico que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033;

